

ÍROHÍN

Brasília, ano IX, nº 7,
out./nov. 2004



20 de novembro: Zumbi nas ruas



Fotos: João Salles

Salvador, 20 de Novembro. Em muitas cidades do país as comemorações em torno da memória heroica de Palmares levaram às ruas o protesto negro.



Veja os primeiros símbolos da Marcha na página 6.

Nesta edição:

Avanço da miséria no DF expõe tragédia racial e de gênero

pág. 10



Foto: Daniel Cardoso

E ainda A MARCHA NOS ESTADOS, ACESSO À JUSTIÇA, ELEIÇÕES MUNICIPAIS, ORÇAMENTO, CONFERÊNCIA DE DACAR, AÇÃO AFIRMATIVA NO ITAMARATY, CINEMA SUL-AFRICANO, entrevistas e muito mais



Zumbi + 10 emerge no horizonte

Recebida com entusiasmo, a edição de retorno do Irohìn se esgotou rapidamente. Nunca duvidamos de que a imprensa negra tem um papel relevante a desempenhar nesta hora decisiva. O presidente do Supremo Tribunal Federal foi a São Paulo, a convite da vereadora Claudete Alves. Pronunciou-se sobre as ações afirmativas no auditório lotado da Câmara de Vereadores da principal cidade do país. O tema tem motivado polêmicas e a manifestação do Sr. Nelson Jobim era, inequivocamente, um fato.

Como dizem os manuais, "as pautas devem obedecer a hierarquias estabelecidas pela editoria". Só que as "hierarquias" se estabelecem mesmo com base nos preconceitos das editorias. A palestra do presidente do Supremo não foi considerada relevante porque contrariava posições cristalizadas nas redações.

Era um fato, mas sua repercussão poderia enfraquecer a posição daqueles editoriais já clássicos, que afirmam despudoradamente que são "filosoficamente contra as cotas", como fez a "Folha de S. Paulo". Nesse contexto, que porcaria é mesmo filosofia?

A palestra do presidente do Supremo foi tratada como se não tivesse nenhu-

ma importância jornalística, nenhuma relevância para a vida pública. Simplesmente não foi divulgada em nenhuma mídia. Se o ministro tivesse ido a São Paulo pronunciar-se contrariamente às ações afirmativas teria tido espaço nas primeiras páginas, com direito a imagem nos jornais televisivos.

Não adianta mesmo chover no molhado. Temos que fazer crescer e vingar nossa própria mídia se temos a convicção de que é necessário consolidar uma agenda política cuja resolução seja encaminhada no sentido de alterar substancialmente as condições de vida da população negra no Brasil.

Novembro está aí, num transbordamento que supera nossa capacidade de apreender um fenômeno que abrange múltiplas e variadas manifestações. Palestras, debates, seminários, encontros, shows, algumas passeatas.

Contra um sistema injusto e opressivo, recorremos à história passada para legitimar a constituição do poder político. Ser herdeiro de Zumbi significa principalmente proclamar pretensões a uma história futura.

A medida que as instituições vão, num crescendo impressionante, abrindo-se para as comemorações da

Consciência Negra (até o STJ faz seminário), é necessário nos acautelarmos contra os riscos inerentes à absorção institucional. São distorções e acomodações cujo sentido principal é impedir a articulação, essencial, entre os grandes problemas nacionais e o racismo e a exclusão dos afro-brasileiros.

Ao comemorarmos o 20 de Novembro e a saga heróica de Palmares afirmamos não apenas nosso direito a um passado. O que fizemos foi tomar à força das mãos da historiografia oficial um capítulo significativo, dentre outros que aguardam ainda resgate, da afirmação de nossa dignidade humana e que é fonte perene de legitimidade para nossos esforços de organização política no presente.

Quando afirmamos a "Consciência Negra", negamos acomodações e soluções artificiais. Estamos dizendo que não transigimos, não temporizamos. Estamos destacando nosso protagonismo, compartilhando expectativas de que nós somos os sujeitos na luta pela superação das estruturas de opressão racial.

Os corpos perfurados a bala não são sequer identificados nos jornais. Com o sangue da juventude negra, vai-se desfazendo nosso futuro na vaia ou no

matagal de periferia. O homicídio de negros é fato banalizado no Brasil. As autoridades governamentais não reagem. Nem nós. São demasiadamente tímidos nossos protestos diante de uma avalanche de assassinatos. Como ser Movimento Negro sem reagir à violência racial? Como espelhar-se na saga de Palmares sem protestar contra o aniquilamento da juventude negra?

Várias reuniões preparatórias da **Marcha Zumbi + 10** estão ocorrendo nos estados: São Luís, Goiânia, Campo Grande, Salvador, Porto Alegre, Teresina, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Recife, São Paulo. O Movimento Negro lança as raízes de uma mobilização histórica.

O processo de construção da **Marcha Zumbi + 10**, já em curso, vai-se desenvolvendo com a consciência da necessidade de ampliação do engajamento da população negra. A **Marcha Zumbi + 10** deve começar na pressão aos prefeitos recém-eleitos, na luta nos estados, para que Brasília seja o coroamento de nosso enraizamento na realidade concreta vivida pela população negra em todas as regiões do país.

Fundamental também afastar a idéia equivocada de que a **Marcha** é anti-quem-quer-que-seja. Já se

ouvem murmúrios, aqui e ali, da turma de sempre. Todas as vezes que uma proposta catalisa nossas aspirações e impulsiona a mobilização, o Movimento Negro vira um campo de disputa cega, disputa essa estimulada por aqueles que se sentem ameaçados em sua tradição de subserviência e incapacidade política.

Estranha rinha essa. Trata-se de impedir que possamos aprofundar nossa experiência de luta e de organização. Trata-se, na verdade, de impedir que se possa expressar a imensa potencialidade libertadora da Consciência Negra.

Não criticamos a fragmentação das entidades por termos o pluralismo. Não pretendemos abrir mão do Irohìn, evidentemente. Mas precisamos de um consenso majoritário que permita a ação coletiva.

Respeitar a autonomia, respeitar a diversidade, tudo bem, estamos de acordo, mas precisamos agir como sujeito coletivo, numa conjuntura em que os partidos, definitivamente, não são os instrumentos adequados para filtrar as demandas, legítimas e históricas, do Movimento Negro. A **Marcha Zumbi + 10** emerge no horizonte com grande força política.

Edson Lopes Cardoso

IROHÌN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 5000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua ioruhá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohìn: Regina Adami, Lunde Braghini (MT158/93), Diony Soares (MT15299), Ana Flávia Magalhães Pinto, Cláudia Santos, Ana Luiza Flauzina, Wania

Sant' Anna e Mário Theodoro.

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Braziliense

Site: www.ihorin.org.br (em construção)

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF

Fone/fax: (61) 447-1729

Apoio: Fundação Ford.

A Marcha Zumbi+10 cresce nos Estados

Após a reunião de 3 e 4 de julho, em Brasília, no Hotel Manhattan, quando um grupo de ativistas e lideranças do Movimento Negro, representando 12 estados, lançaram a **Marcha Zumbi dos Palmares + 10**, a ser realizada em novembro de 2005, em Brasília, vão se multiplicando as iniciativas nos estados. São reuniões preparatórias, com mais de um ano de antecedência, para a grande mobilização nacional realizada pelo Movimento Negro. Goiânia, Campo Grande, Porto Alegre, Vitória, Rio de Janeiro, Recife, São Luís, Salvador já realizaram suas primeiras reuniões. A seguir, informes de Salvador, São Luís e Porto Alegre.

Salvador

Fábia Virginia Marques Calasans*

No dia 25 de outubro, as organizações do Movimento Negro de Salvador deram os primeiros passos para a construção da **Marcha Zumbi+10**. Avanços e retrocessos, dúvidas e expectativas constituíram um espaço de troca no encontro que reuniu militantes que participaram da **Marcha Zumbi 300 Anos** em 1995, e outros que na época não tinham inserção nesses espaços, a exemplo de algumas lideranças de juventude.

"O que vai diferenciar estas duas marchas é que hoje o Movimento Negro tem uma gama maior de segmentos e o desafio de constituir alianças dentro do que já se pode chamar de Movimentos Negros." Essa fala da socióloga Vanda Sá Barreto ressalta a importância de se considerar politicamente a diversidade de organizações presentes nesta primeira reunião convocada pelo Movimento Negro Unificado, onde estiveram presentes aproximadamente 60 pessoas, entre representantes de organizações do Movimento Negro, sindicatos e organizações simpáticas e parceiras na luta pelos Direitos Humanos, a exemplo do GGB - Grupo Gay da Bahia.

Como, nos dias de hoje, ainda se pode discutir a proposta de uma **Marcha Nacional** sem ter no centro a imagem de mulheres negras líderes, a exemplo de Dandara? Foi a questão trazida por Jamile Soares, jovem representante do PAR - Pernambués Articulando Resistência. As questões de Gênero e Juventude foram apontadas como pautas prioritárias da **Marcha de 2005**, assim como a necessidade de se construir estratégias para a inclusão dos terreiros de Candomblé, das comunidades de Quilombos e de organizações do Movimento Negro que não estão no centro da cidade.

Vanda Sá Barreto e Valdério Silva estiveram em Brasília a convite do Jornal *Ìrohìn* para pensar a **Marcha Zumbi+10** e na reunião apresentaram sínteses e sugestões para a mobilização em Salvador. Segundo Valdério Silva, não há discordância sobre a importância nacional dessa **Marcha**, mas há urgência em se reconhecer o que ela pode representar em 2005. "Precisamos tornar público as nossas conquistas, criar a idéia de onde estamos e para onde va-

mos no processo de conquista de Direitos", afirma Valdério Silva que cita a luta por Políticas Afirmativas na Universidade, a ampliação da visibilidade dos negros na Televisão e o reconhecimento pelo Estado da sua responsabilidade na produção e reprodução do racismo na Conferência de Durban, como grandes conquistas políticas do Movimento Negro.

A relação entre o Movimento Negro, os sindicatos e partidos foi um dos desafios colocados. "Nesse momento político nós saímos derrotados e precisamos pensar qual é a nossa relação com o partido político, com o estado e com os movimentos sindicais", refletiu Rita Santa Rita, representante do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, referindo-se também à derrota do Movimento Negro nesta última eleição municipal em Salvador.

Para Marcus Alessandro, representante do Movimento Negro Unificado e assessor parlamentar do Deputado Federal Luís Alberto, a reflexão sobre vínculos, relações e diálogos dos Movimentos com os sindicatos deve existir na construção desse processo, mas

garantindo a centralidade da luta do Movimento Negro e das relações raciais, por isso, o convite aberto para a construção de um projeto coletivo, explica.

"Como se estrutura de forma organizacional essa diversidade? É importante que se estabeleçam a partir de princípios os acordos, garantindo a autonomia das agendas das organizações", essa questão trazida por Vanda Sá Barreto foi encaminhada com a formação de uma comissão provisória com todas as entidades que se colocaram à disposição para organizar o Lançamento da **Marcha Zumbi+10** em 20 de novembro deste ano, a primeira ação de mobilização da **Marcha** em Salvador. A formação da comissão é o esboço de uma política Pluralista necessária na gestão de um Projeto coletivo que tem como atores uma grande diversidade de organizações negras. É na gestão desse Projeto que precisa acontecer a convivência com o diferente e a materialização das oposições a fim de realizar nos nossos espaços o que se deseja ver na nossa sociedade.

A proposta é que a **Marcha Zumbi+10** possa politizar o 20 de novembro

em Salvador e no interior. Suelly Santos, Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado entrevistada especialmente para o *Jornal Ìrohìn* falou entusiasmada: "Minha expectativa sobre o lançamento dessa **Marcha** é abalar as bases dessa cidade, pelo papel que a Bahia representa na organização do Movimento Negro, esse Estado deve servir de inspiração para o Lançamento Nacional dando o norte da marcha do ano que vem."

As expectativas, contradições e dificuldades refletem o momento político pelo qual passa a cidade e o país. O que fazer após a **Marcha Zumbi+10**? Quais as estratégias de mobilização e os avanços desejados hoje, 10 anos depois da **Marcha Zumbi 300 Anos**? Fica então, o exercício de fazer uma leitura de conjuntura mais aprofundada como estratégia de construção de um movimento que tenha conseqüências políticas sérias, com resultados e impactos em todas as áreas sociais. Para isso, precisa-se considerar a **Marcha Zumbi+10** como mais um passo, um passo importante nessa caminhada.

* Jornalista (BA)

Porto Alegre

Isabel Clavelin*

MARCHA

4



Fotos: Isabel Clavelin

No dia 6 de novembro, militantes do movimento negro reuniram-se em Porto Alegre para discutir as estratégias para a organização estadual da **Marcha Zumbi + 10**, que acontece em novembro de 2005 em Brasília. O encontro, organizado pela Unegro, contou com a presença do senador Paulo Paim, que está percorrendo o país para dar apoio à mobilização. "Quero ser um militante da Marcha. O meu papel é colaborar para que seja um grande momento. É um momento de força. Sonho que um dia no Brasil quem quiser ser presidente ou governador tenha que começar a conversa com o movimento negro e não apenas com setores", apontou o senador.

Edson Cardoso, um dos organizadores nacionais da **Marcha**, fez uma fala re-

flexiva para os participantes do encontro sobre a significação do evento. "A **Marcha** não é um deslocamento físico de pessoas. O encontro em Brasília é um coroamento de um trabalho que deve ser feito nos municípios como conquista de políticas públicas e surgimento de lideranças locais", afirmou. Entre suas considerações destacam-se a conjuntura política de 2005, quando estará travada a corrida ao Palácio do Planalto e ao poder nos Estados; a necessidade de redução da distância entre o ativismo e a população negra; e o extermínio nacional da juventude negra. "É preciso incluir o jovem da periferia nesse processo. Só neste ano tive seis amigos assinados", desabafou Andressa Costa, integrante do Movimento Juventude Solidária.

A falta de unidade política é um dos pontos urgentes para ser superado. "Estamos longe se ser uma organização política para dar respostas à situação da população negra brasileira. Como construir uma unidade política para ações políticas? Esse é o desafio. A **Marcha** é uma oportunidade para mudar isso e mostrar um movimento negro forte", apontou.

As mais de 50 pessoas que compareceram ao auditório do Sindisprev/RS também discutiram as políticas de ação afirmativa em curso em nível estadual e nos municípios gaúchos e a pressão exercida pelo movimento negro para viabilização dessas conquistas. "Estamos redigindo carta para enviar aos prefeitos eleitos, indiferente de sigla partidária. Queremos a indicação de professores que ajudaram

a elegê-los para que trabalhem a lei 10.639. Seria interessante se fosse feito a mesma articulação na área da saúde, em especial da anemia falciforme. Queremos uma reunião com a Secretaria Estadual de Educação (SEC) para tratar da lei e ações para qualificação de professores", comentou Vera Triumpho, coordenadora do Coletivo de Educadores Negros.

A expansão do Dia Nacional da Consciência Negra e a exaltação a Zumbi dos Palmares também foi alvo de reflexão. "O 20 de Novembro nasceu em Porto Alegre. Nos anos 1969 e 1970, Oliveira Silveira juntamente com o Grupo Palmares fez a pesquisa e, em 1971, já comemoramos a data. Em 1978, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial lançou nacionalmente. Hoje temos programações

que extrapolam o mês de Novembro", lembra a atriz Vera Lopes.

Entre as propostas encaminhadas no encontro, estão a afirmação de valores e possibilidades políticas, construção coletiva nacional dos negros brasileiro, reflexão sobre a **Marcha Zumbi** em 1995, aprovação do Estatuto da Igualdade Racial por conter um conjunto de políticas para os negros e cumprimento do Programa de Ação da Conferência de Durban. A próxima reunião está prevista para o mês de janeiro, antes do Fórum Social Mundial, momento em que já estarão feitas articulações municipais e com setores como mulheres negras, juventude, religiosos de matriz africana, escolas de samba, populares, entre outros.

* *Jornalista (RS)*

São Luís

Ana Flávia Magalhães Pinto

No Maranhão, em especial em São Luís, as atividades de mobilização para a **Marcha Zumbi + 10** iniciaram-se no dia 22 de julho com uma reunião entre representantes locais do Movimento Negro. Por essa ocasião, formou-se o Comitê Pró-**Marcha Zumbi + 10**, resultado da articulação entre as seguintes entidades: Abibimã, Aruanda, CCN (Centro de Cultura Negra), Favelafro, Gdam (Grupo de Dança Afro Malungos), Mãe Andresa, MNU (Movimento Negro Unificado), Netos de Nanã, Omnirã, Pre nec (Pré-vestibular para Negros e Carentes), Quilombo Urbano, Rádio Conquista e SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos).

Em outro encontro, estabeleceram-se duas propostas de ação: 1) a organização de um seminário municipal para promover a discussão acerca das políticas do Movimento Negro referentes ao Conselho Municipal das Populações Afro-descendentes; e 2) a realização de uma marcha de caráter formativo e informativo a respeito das reivindicações do movimentos anti-racistas.

A marcha, que está marcada para 19 de novembro de 2004, tem esta chamada: **MARCHA PELA IGUALDADE RACIAL ZUMBI VIVE**. Com essa realização, pretende-se incluir e fortalecer a **Marcha Zumbi + 10** nas agendas das entidades de Movimento Negro do Maranhão.

Outra atividade desenvolvida foi o debate com candidatos à prefeitura de São Luís, em 17 de setembro, ainda no primeiro turno. O objetivo da discussão foi avaliar as propostas dos candidatos no diz que respeito às demandas da população negra de São Luís quanto a diferentes aspectos — educação, saúde, emprego/trabalho, etc.

Para o início de 2005, o Comitê anuncia a realização do III Encontro de Entidades do Movimento Negro do Maranhão.

* *Jornalista (DF)*

COMITÊ PRÓ-MARCHA ZUMBI+10... CONVIDA

MARCHA PELA IGUALDADE RACIAL ZUMBI VIVE!

Data:
19 DE NOVEMBRO/04 (6ª FEIRA)

Concentração:
Praça João Lisboa - a partir das 15:00 hs

Roteiro
Praça João Lisboa, Rua Grande, Praça Deodoro, Rua Rio Branco, Praça Maria Aragão

Chegada:
Praça Maria Aragão - Ato Político Cultural das 19:00 às 21:00hs.

ENTIDADES DO COMITÊ:

ABIBIMÃ	MNU	PRENEC
ARUANDA	NETOS DE NANÃ	QUILOMBO URBANO
CCN	OFICINA AFRO	RAÍZES COMUNITÁRIAS
FAVELAFRO	OMNIRÃ	SMDH
FEDERAÇÃO DE CAPORIMA		
FEDERAÇÃO DE UMBANDA		
LIAM		
MÃE ANDRÉSIA		

APOIO:

CONSELHO MUNICIPAL DAS POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES
SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO MARANHÃO

MARCHA

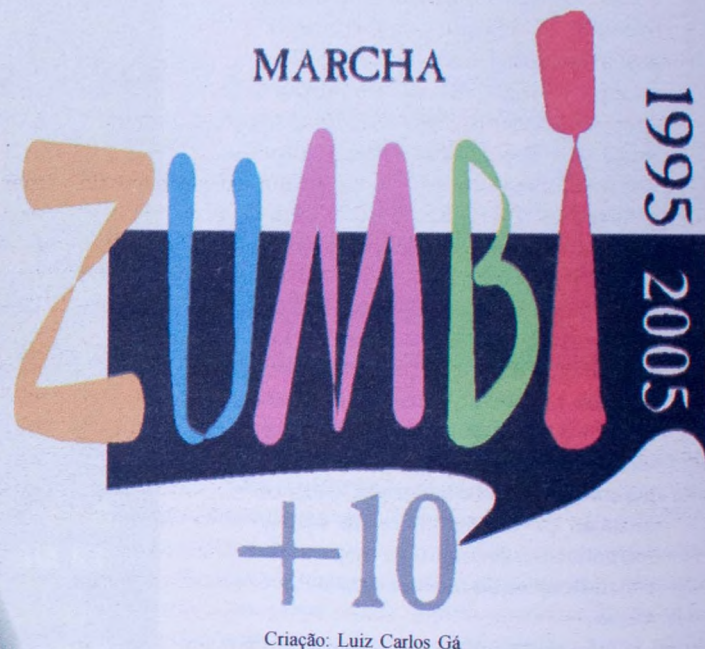
Marcha já deixa a Marca da Imaginação

A proposta de realização da **Marcha Zumbi + 10** já mexeu com a imaginação artística. Com o intuito de estimular o espírito criador, o Jornal Ìrohìn publica nesta página rica de sugestões parte da contribuição enviada por três artistas – Luiz Carlos Gá, J.Cunha e Carlos A. Gomes – que se puseram a trabalhar em torno dos signos coletivos que poderão ilustrar e estampar camisetas, plásticos, cartazes e panfletos da grande mobilização.

Participe também deste momento histórico. Envie sua colaboração para o Jornal Ìrohìn!



Criação: J. Cunha



Criação: Luiz Carlos Gá



Criação: Carlos A. Gomes

UNESCO: tema do combate ao racismo ganha nova atualidade, mas recursos são poucos

Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação, para América Latina e Caribe, Edna Roland fala sobre seu trabalho no escritório da UNESCO. Em Brasília, a Organização realiza Seminário Internacional sobre as conseqüências políticas e sociais das experiências históricas de "saída da escravidão" nos países das Américas

Segundo Edna Roland, após a realização da Conferência de Durban, o tema do combate ao racismo e à discriminação ganhou nova atualidade na agenda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Contudo, os recursos humanos e materiais alocados efetivamente ainda são poucos. Para compreender melhor o que quer e o que pode realmente fazer a UNESCO, o Jornal **Ìrohìn** conversou com Edna, que ocupa, no Escritório da UNESCO no Brasil, o mais proeminente cargo de combate ao racismo e à discriminação. Além de conceder a entrevista, Edna Roland escreveu sobre o Seminário Internacional *Saídas da Escravidão e Políticas Públicas*, previsto para acontecer, em Brasília, entre 13 e 15 de dezembro. Para ela, "nossos problemas sempre foram globalizados, nossas respostas também precisam ter essa perspectiva".

Ìrohìn - Edna, fale um pouco sobre o seu trabalho aqui no escritório da Unesco.

Edna Roland - Sou Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação para a América Latina e o Caribe. Na sede da Unesco, em Paris, é um cargo vincu-

lado à Divisão de Direitos Humanos, que, por sua vez, é parte da área das Ciências Sociais e Humanas. Aqui no Escritório do Brasil estou vinculada à área de Desenvolvimento Social.

Ìrohìn - O cargo existia na França, mas não existia no Brasil?

Edna Roland - Não, não existia. Ele foi o primeiro cargo criado pela Unesco no período pós-Durban, como uma conseqüência justamente da Conferência de Durban.

Ìrohìn - E o que você faz exatamente, quais as dificuldades para executar tarefas que abarcam diversos países?

Edna Roland - Eu antes vou falar das definições teóricas, formais, e depois das dificuldades reais.

Acredito que a Unesco/Paris tenha priorizado a América Latina e o Caribe, possivelmente, como resultado do impacto que teve a participação dos movimentos negros da América Latina, na elaboração da Declaração e do Programa de Ação de Durban. Não por acaso, como vocês sabem, o Alto Comissariado dos Direitos Humanos, em Genebra, criou um Grupo de Trabalho sobre afro-descendentes. A primeira vez, na história

das Nações Unidas, que se cria um Grupo de Trabalho especialmente destinado aos afro-descendentes. Um outro impacto da Conferência de Durban é o fato de que a Unesco resolveu retomar o tema do combate ao racismo e à discriminação, tema esse que tem uma larga presença na história da Unesco. Há documentos fundamentais, produzidos entre as décadas de 50 e 70, relacionados ao combate ao racismo e à discriminação. Documentos que realizaram um combate teórico às formulações de raça e racismo e de combate ao *apartheid*.

Ìrohìn - A divulgação da História da África, em oito volumes, é um trabalho extraordinário, realizado principalmente por intelectuais africanos.

Edna Roland - Com certeza. É um momento riquíssimo da história da Unesco, esse período que abarca as décadas de 50 a 70. O projeto "Rota dos Escravos" é importante também; talvez um pouco mais complicado, mas é um projeto muito importante desenvolvido pela Unesco. Com o fim do *apartheid*, o tema submerge, deixa de ter a mesma visibilidade, e vai ser a Conferência de Durban que irá fazer com que o tema retorne à agenda da Unesco. Agora, a Unesco busca reto-



Fotos: Daniel Cardoso

mar o seu protagonismo. Faz parte então de seus objetivos a retomada de declarações e convenções, a revitalização de instrumentos elaborados no passado e que requerem uma releitura a partir de uma nova visão da situação atual no mundo.

Ìrohìn - Há uma declaração da Unesco que deveria ser distribuída aos pro-

fessores de todo o país e relacionada à implantação da Lei 10.639/2003. Estamos nos referindo à Declaração Universal sobre Diversidade Cultural.

Edna Roland - Concorde, mas esse é um documento mais atual. No campo da cultura, eu acho que se tem uma visão mais atual. O tema da bioética tam-

bém é um tema altamente relevante no interior da Unesco.

Ìrohìn - E a sua Coordenadoria? De que recursos você dispõe?

Edna Roland - Os recursos são limitados. Não somente do ponto de vista financeiro, mas, principalmente, do ponto de vista dos recursos humanos. Quando eu fui convidada, o foco principal era o combate ao racismo e à discriminação. Depois, me foi solicitado que também lidasse com a discriminação de gênero e a temática dos direitos humanos. Temos recursos de Paris para desenvolver um seminário internacional sobre o impacto da escravidão, temos recursos para uma pesquisa sobre a reduzida presença de mulheres no Poder Judiciário e, em termos de direitos humanos, os recursos foram transferidos para o escritório de Quito, porque lá havia uma proposta interessante de se realizar um trabalho envolvendo direitos econômicos e sociais.

Ìrohìn - Não é muito, pensávamos que você dispunha de outras condições para fazer seu trabalho.

Edna Roland - Aqui no Brasil temos um perfil de atuação que é relativamente diferenciado em relação a outros escritórios da Unesco na América Latina e no mundo, que é o fato de trabalharmos em parceria com o governo, especialmente o governo federal. Essas parcerias são apoiadas normalmente com recursos do próprio governo.

Ìrohìn - E você já estabeleceu alguma parceria com o Governo Lula?

Edna Roland - Nós tivemos durante o ano passado muita dificuldade nas relações entre o sistema das Nações Unidas e o governo federal, porque havia um entendimento da Agência Brasileira de Cooperação de



que o sistema das Nações Unidas deveria obedecer à legislação que regulamenta a contratação de pessoal e licitações públicas, o que levou a um congelamento nas relações, retomadas recentemente com o novo entendimento dado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Há um projeto de cooperação com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que será assinado nas próximas semanas, espero, a partir justamente dessa nova decisão do TCU.

Ìrohìn - Cooperação em que área?

Edna Roland - É um projeto amplo, que diz respeito às várias áreas de atuação da Seppir em termos de políticas de promoção da igualdade racial, com grande ênfase no campo das ações afirmativas.

Ìrohìn - É isso que nós queríamos entender. Vocês

entram com o quê? Qual o papel de sua coordenadoria em um projeto de cooperação com a Seppir?

Edna Roland - O governo define suas áreas de atuação a partir do Plano Plurianual e nós elaboramos um projeto de cooperação com base nas prioridades que são estabelecidas pelo governo.

Ìrohìn - Isso não engessa um pouco a ação dos organismos internacionais? O PPA, por exemplo, não contempla as necessidades e prioridades da população negra.

Edna Roland - Num processo de cooperação com o governo, eu não tenho poderes para definir quais são as prioridades do governo. O que nós podemos, num processo de discussão com o órgão do governo, é dar algumas sugestões em termos do que poderá ser feito. A Unesco tem um duplo

papel. O de apresentar sugestões, do ponto de vista técnico e político, digamos assim, e temos um papel de ordem administrativa e financeira, para a execução do projeto. Nesse sentido, a Unesco pode facilitar uma maior agilidade na execução de um determinado projeto que o governo defina como prioritário. Nós tentamos, através do poder de persuasão, demonstrar a importância de determinada atividade, nós oferecemos nosso conhecimento, nossa experiência, e esperamos que o parceiro possa aceitar a contribuição que nós possamos dar. Mas um organismo de cooperação não pode se sobrepor ao governo do país.

Ìrohìn - E a Conferência de Durban, após três anos?

Edna Roland - Nas questões relacionadas ao combate ao racismo e à discriminação, tanto em nível global quanto nacional, nós sempre enfrentamos a dificuldade de colocar o assunto como prioridade de pauta. E prioridade significa recursos financeiros, recursos humanos, espaço na agenda. Há três anos a conferência enfrentou sérios problemas de financiamento, na medida em que os países desenvolvidos, que são os países que dispõem de maiores recursos para financiar a realização de conferências das Nações Unidas, não se dispunham a apoiar a realização da Conferência de Durban. Hoje, a implementação da Declaração e do Programa de Ação enfrenta esse mesmo problema de forma mais agravada, porque os documentos que saíram de Durban, acredito, são documentos bastante razoáveis em termos das temáticas que são tratadas, da seriedade e da profundidade dos parágrafos que conseguimos colocar no papel.

Ìrohìn - E o grupo de especialistas e pessoas emi-

nentes de que você faz parte?

Edna Roland - É um grupo formado por cinco pessoas, compondo um instrumento de monitoramento previsto na Declaração e no Programa de Ação, cada pessoa representando uma região do globo. Vocês podem imaginar como é que um grupo de cinco pessoas pode acompanhar a implementação de um documento que contém 220 parágrafos no Programa de Ação e 120 parágrafos na Declaração. Esse grupo só teria a capacidade de ter efetivamente um papel de monitoramento se ele fosse, digamos, a parte mais visível de todo um conjunto de técnicos, de pessoas que estivessem ao longo do ano fazendo o acompanhamento e, de fato, monitorando o que está acontecendo em todos os países. É um mecanismo relativamente frágil, que só vai conseguir ter um papel mais efetivo se houver um maior investimento do Alto Comissariado dos Direitos Humanos. O que eu acho de interessante que foi feito pós-Durban, que tem mais poder, do ponto de vista da implementação, é o Grupo Intergovernamental, que não estava previsto na Declaração nem no Programa de Ação. Do mesmo modo, o Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes. São instrumentos de monitoramento que têm um poder de fogo maior do que o grupo de pessoas eminentes. O que acontece é que os países desenvolvidos não têm dado atenção à implementação de Durban, essa é a maior dificuldade que enfrentamos.

Ìrohìn - Os países que dispõem de mais recursos resistiram a apoiar Durban e não têm demonstrado interesse na implementação de seus resultados. Uma Conferência Durban +5, que muitos pretendem que seja realizada no Brasil, teria, por exemplo, o apoio dos Estados Unidos?

Edna Roland – Eu acredito que é muito pouco provável. A Declaração e o Programa de Ação foram caracterizados pelos Estados Unidos e pelo Estado de Israel como tendo conteúdos anti-semitas e discriminatórios. O Grupo Intergovernamental que eu mencionava conseguiu aprovar uma Resolução dizendo que os documentos de Durban têm o mesmo status, a mesma relevância que quaisquer outros documentos produzidos em outras conferências das Nações Unidas. É possível que se consiga defender a realização de uma conferência sobre Durban + 5 no grupo que reúne os países da América Latina e do Caribe, que se consiga defender essa proposta no grupo dos países africanos ou no grupo asiático, mas dificilmente se vai conseguir passar essa proposta no grupo dos países

ocidentais – e sem consenso não acontece.

Irohìn – A proposta de realização da **Marcha Zumbi + 10** está nas ruas, qual a sua avaliação?

Edna Roland – Uma das grandes lacunas na atuação do Movimento Negro brasileiro tem sido o pouco entendimento e compreensão disso que se chama monitoramento. Ou seja, não bastava termos feito a Marcha a Brasília, dez anos atrás. É claro que é necessário a Marcha dez anos depois. Mas não basta fazer uma grande Marcha e entregar um documento ao governo brasileiro e ficar aguardando que as propostas encaminhadas por este documento sejam implementadas. Os diversos movimentos sociais no Brasil, eu creio que já tenham aprendido a duras penas que qualquer política pública só é implementada se for



monitorada, acompanhada, se houver pressão política para que ela se torne realidade. Então, junto com a Marcha, é preciso que o Movimento Negro construa instrumentos de acompanhamento e de monitoramento. É preciso que haja articulação, grupos organizados, especializados, capacitados profissional e politicamente para fazer o monitoramento das políticas públicas.

Irohìn – Edna, estamos terminando, há alguma coisa que você queira dizer só ao Irohìn? Por exemplo, de onde você está, o que você está vendo?

Edna Roland – O que eu acho extraordinário, que nós precisamos avaliar e considerar, é que nós temos hoje em Brasília uma massa considerável e importante de militantes negros e que isso deveria

ser melhor aproveitado em termos de pressão, de diálogos, justamente para que pudéssemos cruzar todos esses olhares, todas essas visões acerca do que se pode vislumbrar a partir do planalto central. Para isso deveríamos fazer um pacto de não-violência entre nós, um pacto de respeito mútuo: acreditar que cada um de nós está tentando fazer o melhor onde quer que esteja. Podemos estar equivocados, ou fazendo menos do que deveríamos fazer, ou menos do que o espaço existente permite, mas seria necessário acreditar que cada um está tentando fazer o melhor que pode fazer.

** Participaram da entrevista com Edna Roland: Regina Adami, Ana Flávia Magalhães Pinto, Diony Soares e Edson Lopes Cardoso.*

Seminário discutirá superação do legado da escravidão

*Edna Roland**

A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 2004 como o Ano Internacional para Comemorar a Luta contra a Escravidão e sua Abolição, como um dos reflexos da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, que declarou a escravidão e o tráfico de escravos crime contra a humanidade. A UNESCO foi indicada como a agência líder desta comemoração.

Embora esta temática na sede em Paris esteja mais diretamente ligada ao setor de Cultura, a Coordenação de Combate ao Racismo e à Discriminação para América Latina e Caribe decidiu atender ao apelo do Diretor Geral da UNESCO e realizar o seminário internacional "Saídas da Escravidão e Políticas Públicas". Este seminário vai acontecer em Brasília, de 13 a 15 de dezembro.

Com este seminário pretendemos disseminar informações acerca dos diversos modos como os países das Américas saíram da escravidão, as conseqüências sociais e polí-

ticas dessas experiências históricas, e as perspectivas atuais de implementação de políticas de superação do legado da escravidão.

Para a realização desta atividade, a UNESCO conta com diversos parceiros: a SEPPIR, a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada (SECAD), a Secretaria de Direitos Humanos, a Vice-Presidência do Senado e a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial.

Esperamos contar com estudiosos e especialistas como Doudou Diène, Relator Especial das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Racismo e idealizador do Projeto Rota do Escravo, bem como lideranças políticas como Christiane Taubira-Delannon, a deputada representante da Guiana Francesa que levou a Assembléia Nacional da França a declarar a escravidão um crime contra a humanidade antes da

Conferência de Durban, e a quem eu tive o prazer de conhecer no 1º Congresso Mundial de Mulheres Negras Líderes, realizado em Paris, em julho deste ano.

Com este seminário pretendemos também contribuir para o desenvolvimento de uma consciência regional acerca dos problemas comuns enfrentados pelos negros do continente latino-americano e Caribe.

Cada vez mais é fundamental que as lideranças negras sejam capazes de inserir nas suas análises uma perspectiva internacional: nossos problemas sempre foram globalizados e, portanto, as nossas respostas precisam ter essa perspectiva, e ao mesmo tempo ter uma profunda compreensão das realidades locais.

** Coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação para América Latina e Caribe (UNESCO/Brasil)*



Avanço da miséria no DF expõe tragédia racial e de gênero

Philippe Tshimanga*

A análise das pessoas vivendo em situação de miséria, isto é, abaixo da linha de pobreza, expõe uma situação racial alarmante no Distrito Federal. Observa-se que o número de trabalhadores negros vivendo abaixo da linha de pobreza teve um aumento de 10%, entre 1999 e 2003. A situação foi contrária, para os trabalhadores não negros, porque tiveram uma diminuição de 17%. Tendência de mesmo sentido verificou-se entre as pessoas desempregadas em situação de risco social: o número de pessoas negras sem emprego cresceu 10% e o de pessoas não negras caiu 10%. O avanço da miséria e da pobreza atinge desigualmente a população. As políticas públicas precisam priorizar os setores mais penalizados.

Nos últimos tempos, é comum ouvir, dos governantes do mundo inteiro, declarações que mostram repúdio a conviver com qualquer tipo de discriminação, seja ela de raça, de gênero, de religião etc.. Por isso, têm-se tomado algumas atitudes de inserção social das camadas historicamente abandonadas durante séculos e que contribuíram para a formação das sociedades. No Brasil esboçam-se alguns gestos de ação afirmativa. Essas políticas de ação só podem ser eficientes se contemplarem na realidade as camadas mais atingidas pela exclusão social.

Nesse sentido, antes de qualquer implementação das políticas públicas que visam a igualdade social, é fundamental, para os governantes, diagnosticar as diferentes situações de exclusão social. Além do diagnóstico, é necessário adotar medidas de acompanhamento e de fiscalização da execução das decisões tomadas nesse âmbito.

A realidade da política social no Distrito Federal mostra uma situação, às vezes, contrária ao que estamos argumentando. A exclusão social torna-se cada vez mais acentuada na medida em que os mais contemplados pelas políticas de assistência social são na verdade os que não sofreram historicamente nenhuma exclusão. Isso pode ser observado pela situação no mercado de trabalho no Distrito Federal.

OS TRABALHADORES E A MISÉRIA - SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES POR COR

O número de trabalhadores em 1999 era de 38.536 com renda per capita abaixo da linha de pobreza, isto é, que recebiam $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa. Desse total, os trabalhadores de cor negra somavam 26.954



Fotos: Daniel Cardoso

e de não negra 11.583, ou seja, os trabalhadores negros representavam 60,9% e não negros 39,1%. Em 2003, os trabalhadores negros passaram para 79,3%, aumentando de 26.954 ocupados abaixo da linha de pobreza para 51.927 trabalhadores em risco social. Os trabalhadores não negros em risco social aumentaram de 11.583 para 13.588, representando 21,7%. Observa-se que, enquanto o número de ocupados de cor negra em risco social aumentou 10% no conjunto de trabalhadores em situação de miséria, o

de cor não negra caiu 17,4% no mesmo período.

Isso mostra que o grande número de trabalhadores que vivem com renda per capita abaixo da linha da pobreza no DF é de cor negra, sendo que representavam 70% da População Economicamente Ativa (PEA) em situação de risco social em 1999 e 80% em 2003. A variação durante o período foi de 63,7% para a PEA de cor negra e de apenas 5,4% para a PEA de cor não negra.



SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES POR GÊNERO



Em 1999, os ocupados de sexo masculino abaixo da linha de pobreza representavam 53,7% e os de sexo feminino 46,3% num total de 38.536 ocupados no DF. Em 2003, a participação da mão-de-obra masculina e feminina que recebia menos de ½ salário mínimo era de 50,8% e 49,2% respectivamente. A variação de ocupados do sexo masculino entre 1999 e 2003 foi de 63,2% e de 77,7% para os de sexo feminino. Uma situação que mostra que dentro dos que ganham menos de um salário per capita por mês, a presença de mulheres aumentou mais que dos homens entre 1999 e 2003. As mulheres em situação de risco social são maioria na População Economicamente Ativa (PEA), representavam 60% em 1999. Apesar do aumento de número da PEA entre 1999 e 2003, elas continuaram representando 60% de ocupados em situação de risco social de toda PEA abaixo da linha de pobreza.

A SITUAÇÃO DOS DESEMPREGADOS - DESEMPREGADOS POR COR

Em 1999, havia 56.107 desempregados com renda per capita

mensal abaixo da linha de pobreza em todo o DF. Desse total, os desempregados de cor negra representavam 70%, ou seja, um total de 38.665 desempregados de cor negra e 17.441 de desempregados de cor não negra representando 30%. Em 2003, os desempregados de cor negra eram 62.290, uma variação de 61,1% em comparação com o ano de 1999. Os desempregados de cor não negra aumentaram de 17.441 para 18.927; uma variação de 8,5%. A variação total no número de desempregados abaixo da linha de pobreza foi de 44,8%.

Apesar do número de desempregado de todas as cores que vivem abaixo da linha de pobreza ter aumentado, observa-se que os desempregados de cor negra aumentaram muito mais em comparação com os desempregados de cor não negra. Além dessa variação muito elevada, os desempregados de cor negra em 2003 passaram a representar 80% do total de todos os desempregados abaixo da linha de pobreza. A situação de desempregados de cor não negra nas mesmas condições de renda per capita dos de cor negra melhorou de uma certa forma, passando a representar 20% em 2003; uma queda de 10% na representação total.



DESEMPREGADOS POR GÊNERO

Os desempregados de sexo masculino vivendo abaixo da linha de pobreza tiveram uma variação de 32,1% durante o período em análise e os de sexo feminino 56,9%. Pode-se observar que as mulheres são maioria entre os desempregados que vivem abaixo da linha de pobreza. Durante o período, elas representavam 51% do total, em 1999; em 2003, passaram a representar 55%. O que mostra que a situação piorou mais para as mulheres do que para os homens.



A análise da miséria no período que vai de 1999 a 2003 mostra uma situação desconfortável e alarmante no DF, que exige a intervenção do Estado como provedor do bem-estar da sociedade. O poder público precisa adotar políticas eficientes que visam a melhoria de condições de vida dos cidadãos. Uma política pública eficiente precisa, primeiramente, identificar de maneira clara quem realmente precisa ser ajudado de maneira urgente. O Estado precisa determinar de forma transparente sobre quem vão incidir as políticas públicas de assistência social.

Vale ressaltar que a melhor forma de diminuir a miséria, não é

apenas de dar assistência social; mas esta representa uma medida de curtíssimo prazo para dar dignidade e direito à sobrevivência para quem precisa. O poder público, identificando o perfil dos cidadãos que vivem abaixo da linha de pobreza, deve adotar medidas que mudem essa realidade catastrófica no DF a médio e longo prazo. É preciso dar ensino de qualidade aos cidadãos para que no longo prazo possam melhorar a sua inserção social. Com crescimento econômico geram-se empregos e melhora-se a vida dos cidadãos. Por outro lado, se os que estão vivendo na miséria não tiverem nenhuma qualificação, mesmo que a economia cresça, eles continuarão vivendo à margem da sociedade. Por isso, é essencial dar qualificação profissional aos que não tiveram possibilidade de estudar ao longo dos últimos anos. Para evitar uma tal situação, o Estado precisa desde já implantar políticas públicas de ação afirmativa para tentar corrigir as desigualdades que se observam na sociedade.

Como se observou nesse trabalho, a maioria dos que vivem abaixo da linha de pobreza são negros e mulheres. Apesar do desemprego ter se acentuado durante o período em análise para todos os brasileiros, a situação foi muito pior para essas categorias sociais. Sem medidas urgentes, a situação pode acabar gerando caos social com explosão da violência como se tem observado no DF durante os últimos anos. Quanto mais cedo o Estado tomar essas medidas, mais chance de diminuir as consequências negativas da pobreza antes que a situação se torne incontrolável. Os investimentos, apenas em segurança pública, não resolvem a questão. São necessárias políticas que contemplem a geração de empregos e rendas. Não se pode dizer, absolutamente, que a violência seja motivada apenas pelo desemprego, mas ele pode estar à base de muitas ações de desespero e de doenças psicológicas que têm várias consequências negativas para a sociedade como um todo.

**Economista, Professor da FASEP - Sobradinho*

O Orçamento 2005, a questão racial e a agenda governamental: velhas roupagens, velhos dilemas

Mário Theodoro*

A peça orçamentária referente ao exercício de 2005, enviada pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional para exame e aprovação, não apresenta inovações com relação aos anos anteriores. Talvez a grande novidade, se houver, venha da transformação do Orçamento, hoje de caráter autorizativo, em Orçamento Impositivo, tarefa a que, neste momento, se propõe ao exame o próprio Legislativo (Ver quadro abaixo). Mas no que tange ao Orçamento 2005, e tendo em vista o foco das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as notícias continuam algo frustrantes. O volume de recursos destinados ao enfrentamento da questão racial, tendo como escopo a população negra, mantém-se em patamar irrisório. Os valores previstos pelo Orçamento de 2005 para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foram reduzidos, passando de R\$ 17,2 milhões em 2004 para 16,9 milhões neste próximo ano. Deve-se considerar, é verdade, que o Programa Brasil Quilombola, uma espécie de menina dos olhos do governo federal no que tange à questão racial, incorporou, fora da rubrica da

SEPPIR, outros R\$ 4,5 milhões, o que ameniza em parte o quadro.

Outro dado relevante: a SEPPIR perdeu importância, ao menos do ponto de vista da alocação de recursos, quando comparada à situação de outras secretarias congêneres. De acordo com a previsão orçamentária para 2005, observa-se que a redução da provisão de recursos verificada para a SEPPIR não se verificou igualmente em outras áreas no âmbito da própria Presidência da República. A Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente mais do que duplicou seu orçamento, passando de R\$ 17,9 milhões em 2004 para R\$ 39 milhões em 2005. O programa Direitos Humanos para Todos viu quintuplicada sua previsão de recursos: de R\$ 3,2 milhões para R\$ 16,9 milhões, de 2004 para 2005.

Mas, de um modo geral, o que parece recorrente, e de certo modo inescapável, é a dimensão dada à questão racial pelo governo Lula. Dimensão nanica, a consolidar recursos da ordem de uma a duas dezenas de milhões de reais. Confrontado ao volume total do Gasto Social Federal, cujo montante anual ultrapassa os R\$ 200 bilhões, vê-

se que a ação direcionada à questão racial míngua na casa dos 0,01%. Esta parca alocação de recursos financeiros poderia ser compensada pela atuação das áreas setoriais no âmbito do combate à desigualdade racial. Contudo, no chamado Gasto Social Federal, que de acordo com o critério do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), compreende recursos nas áreas de Saúde, Infra-estrutura Social, Assistência, Segurança Alimentar, Combate à Pobreza, Previdência, Trabalho, Educação e Cultura, o corte racial não foi efetivamente considerado até o presente. A despeito de alguns eventos localizados, como a destinação de vagas nas universidades particulares para negros e pobres, na Educação, e do apoio às comunidades quilombolas – sobretudo no âmbito do Programa Fome Zero – ainda está por ser resgatado o passivo histórico de omissão governamental para a questão racial.

As propostas aí estão, vindas sobretudo da sociedade civil: no âmbito do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) foi aprovada, no início deste ano, a destinação de parte dos recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar

para a população negra. Note-se que este programa compreende um aporte significativo de recursos, algo em torno do R\$ 5 bilhões/ano. Do mesmo modo, diferentes segmentos do Movimento Negro têm oferecido contribuições significativas para a definição de um conjunto de políticas públicas de enfrentamento efetivo da questão racial brasileira. Enfrentamento efetivo pressupõe programas, ações e, sobretudo, recursos orçamentários. O tamanho dos programas e o volume de recursos dão a dimensão da preocupação governamental com o tema. Os programas atuais são restritos. Há uma tendência a se concentrar os esforços nas comunidades remanescentes de quilombos. A despeito de sua importância, inclusive histórica, estas comunidades representam apenas uma dimensão da problemática racial brasileira. Negros urbanos, em suas mazelas e vicissitudes, restam à míngua da política pública específica de combate à desigualdade racial. Quanto aos recursos, como visto, estes continuam irrisórios, a demonstrar a pouca sensibilidade do núcleo decisório à questão da condição da população negra brasileira.

* *Doutor em Economia*

O Orçamento Impositivo em discussão no Congresso Nacional

Encontra-se na pauta de discussão do Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 22, de 06 de junho de 2000, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, que estabelece a obrigatoriedade do cumprimento da programação inscrita na Lei Orçamentária Anual. Em outras palavras, a chamada PEC do Orçamento Impositivo, transforma os limites fixados no Orçamento em efetivas metas a serem obrigatoriamente observadas. Atualmente o Orçamento tem caráter autorizativo, isto é, cabe aos respectivos Poderes estabelecer os patamares dos gastos em cada área, programa ou ação, respeitado o teto orçamentário. Com isso, há uma grande possibilidade de manuseio do gasto público em função da conjuntura política e/ou de reorientações circunstanciais. Não são raros os exemplos de gastos que atingem percentagens ínfimas do que havia sido estabelecido no Orçamento. Trata-se de um problema sério, sobretudo ao se considerar as carências sociais do país. O que se tem observado, nos últimos anos, é o contingenciamento de recursos de áreas importantes, em função da necessidade de caixa. O sistema impositivo parece resguardar mais as ações de Estado das investidas do Governo. Não seria mais possível, na vigência do orçamento impositivo, deixar de destinar recursos previstos para programas sociais em função, por exemplo, de uma diretriz governamental de aumento do superávit fiscal.

Na sua forma atual, a discussão do Orçamento no parlamento nacional fica diminuída em sua importância, na medida em que o que se está votando atualmente é o teto, podendo o Executivo manipular os gastos de acordo com suas intenções e restrições, em detrimento, muitas vezes de necessidades prementes e de prioridades sociais. A mudança ora em discussão vem resgatar o papel do Legislativo e, desse modo, recompor o necessário equilíbrio entre os Poderes no que tange à concepção e à execução das políticas públicas, dentro de uma perspectiva de ação do Estado, e não de programa de Governo. Com a palavra, o Congresso Nacional.



Itamaraty: restrição prejudica dedicação exclusiva à preparação

Bolsa de estudos para afro-descendentes candidatos a uma vaga no Instituto Rio Branco ajuda alunos na compra de livros e contratação de professores, mas não permite gastos com transporte e alimentação

*Juliana César Nunes**

Durval Luiz Pereira e Luciana Magalhães são os únicos brasileiros negros na turma de 34 alunos que deu os primeiros passos no Instituto Rio Branco este semestre. Aos 29 anos, eles ingressaram na escola que forma diplomatas para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mais conhecido como Itamaraty. Em pouco tempo, os dois vão representar e defender os interesses do Brasil no mundo. Fato raro. O "corpo diplomático" ainda não representa a diversidade racial do país.

Para promover a entrada de afro-descendentes na carreira diplomática, o Instituto Rio Branco, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou em 2002 o "Programa de Ação Afirmativa – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia". Quem passa pela seleção do programa, recebe uma bolsa para investir nos estudos.

O último edital fixou o valor total da bolsa, por aluno, em R\$ 25 mil. O dinheiro pode ser usado entre agosto de 2004 e maio de 2005 para a compra de material bibliográfico e pagamento de cursos ou professores. Não é permitido in-

cluir na prestação de contas gastos com alimentação e transporte. A restrição obriga alguns candidatos selecionados pelo programa a dividir o tempo dos estudos com o trabalho.

Pela experiência de quem já foi aprovado no concurso do Rio Branco, a dedicação exclusiva aos estudos faz a diferença no resultado final. Entre os 50 bolsistas das duas primeiras edições do programa, apenas duas estudantes foram aprovadas no Instituto. A prova para ingresso na escola de formação do Itamaraty exige um português apurado, domínio do inglês, espanhol e francês, além de conhecimento avançado em áreas como Direito, Economia, Relações Internacionais e Geografia.

"Ter tempo só para estudar foi um fator fundamental para mim", conta Luciana, única da turma de bolsistas de 2003 a ser aprovada nas quatro etapas da seleção do Instituto. Nascida no Sergipe, ela foi criada em Goiânia, onde se formou pela Universidade Federal de Goiás em Ciências Sociais. Para estudar, contou com o apoio de uma prima em Brasília, cidade para onde muitos candidatos migram em busca de bons cursos e palestras. "Os bolsis-

tas chegaram a discutir muito sobre a bolsa", lembra Luciana. "Mas, no final, o grupo se uniu, trocou idéias, dicas e persistiu."

Durval entrou no Instituto sem ter participado do programa de ação afirmativa. Candidatou-se duas vezes ao programa. Na segunda, foi selecionado, mas não precisou da bolsa. Tornou-se a exceção que confirma a regra ao ser aprovado no concurso para diplomata. Formado em Engenharia de Alimentos, ele chegou a trabalhar com comércio exterior em São Paulo. O dinheiro poupado nessa época foi usado durante os nove meses de dedicação exclusiva aos estudos. Ainda assim, ele acredita que o programa nos moldes atuais pode, sim, facilitar o acesso ao Instituto Rio Branco. "Só a idéia de ter um programa já é válida", avalia Durval.

Para os parâmetros brasileiros de bolsa de estudos, o valor oferecido pelo Instituto Rio Branco impressiona. O aluno de graduação de uma universidade federal não chega a receber R\$ 400 por mês para desenvolver estudos de iniciação científica. No mestrado, esse valor não ultrapassa R\$ 1 mil, mas os estudantes não são obriga-



Luciana e Durval já são alunos do Itamaraty

dos a restringir os gastos aos livros e professores.

A diplomata encarregada pelo programa de ação afirmativa do Ministério das Relações Exteriores, Tânia Alexandra Malinski, afirma que a diferença está no tipo de vínculo estabelecido com os bolsistas. "Eles não estão vinculados à instituição. Podem não passar e se desvincular do Itamaraty e nunca mais tentar a prova", diz Tânia. No último edital, foram consideradas algumas exceções. Se autorizados, podem ser realizados gastos com assinaturas de jornais, revistas, provedores de acesso à Internet e material de consumo.

Para a coordenação do programa, as bolsas têm

surtido efeito. Uma demonstração disso seria o aumento do número de beneficiados pelo programa aprovados na primeira das quatro etapas do concurso do Instituto, conhecida como teste de pré-seleção (prova objetiva que avalia o conhecimento na área de humanas). Da última turma de bolsistas, sete pessoas foram aprovadas nessa fase e tiveram a bolsa renovada automaticamente. Isso contribuiu para que as 20 vagas oferecidas em 2002 se transformassem em 30 na prova do ano seguinte e, em 42, este ano.

No entanto, outra reclamação frequente entre os bolsistas é o atraso de até dois meses no início do

pagamento, efetuado em duas parcelas de R\$ 12,5 mil. Motivo: o recurso vem do orçamento dos vários ministérios envolvidos no programa. Este ano, a bolsa começou a ser paga em outubro. A demora obrigou o estudante de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Gonçalves, 21 anos, a reformular os planos de compras de material didático.

"Não me prejudicou muito porque moro com os meus pais e conto com a estrutura da universidade, onde pego livros na biblioteca e almoço com desconto no restaurante", diz o morador de São Sebastião. "Mas conheço bolsistas que vieram para Brasília estudar e foram obrigados a voltar para casa porque não conseguiram se sustentar aqui."

O programa de ação afirmativa do Itamaraty foi

criado ainda no governo do presidente Fernando Henrique, como consequência direta das discussões na Conferência de Durban. O Ministério das Relações Exteriores saiu na frente de universidades como a de Brasília, que só passou a adotar o sistema de cotas este ano. Mas é lá também que as restrições do programa do Instituto Rio Branco estão ganhando espaço para debate. O diretor financeiro do grupo EnegreSer, Gustavo Freitas, defende a flexibilização da bolsa. "A iniciativa do Itamaraty é corajosa, porém muito tímida", avalia Gustavo. "A avaliação no concurso para diplomata é construída sob critérios que excluem a população negra. É uma prova adequada a um contexto europeu. Para reverter isso, não é preciso ampliar a verba, mas a utilização dela."

**Jornalista (DF)*

Para participar do Programa de Ação Afirmativa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia é preciso:

- Ser brasileiro nato
- Ser afro-descendente (negro), expresso por meio de declaração
- Estar em dia com as obrigações eleitorais e o serviço militar
- Haver concluído o curso superior de graduação plena reconhecido pelo MEC ou estar frequentando o último ano de curso superior reconhecido pelo MEC
- Passar no exame de habilidade e conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório
- Apresentar histórico escolar, documento de identidade, CPE, duas fotos 3x4 e plano de estudos e utilização dos recursos
- Ter a documentação e a entrevista técnica aprovada em análise de comissão interministerial
- Escrever redação sobre a questão racial no Brasil e a experiência pessoal com o tema

Observação: São considerados ainda, principalmente para desempate, critérios sócio-econômicos e de gênero.

Comunidade do Orkut é denunciada à polícia e ao Ministério Público Federal por apologia ao racismo contra o negro

*Micheline Costa Farias**

O Orkut é um site internacional que reúne diversas comunidades virtuais. Esses grupos são formados, geralmente, por internautas de gostos, hábitos e profissões comuns. Mas não somente afinidades positivas unem os integrantes de algumas comunidades. É o caso da "100% Branco". Apesar de afirmar que sua intenção é valorizar a raça branca, a página exhibe depoimentos extremamente racistas, especialmente contra negros, a ponto de propor políticas de segregação racial no Brasil.

Por causa das afirmações explicitamente preconceituosas registradas nessa comunidade virtual, a Coordenadoria de Justiça dos Direitos do Negro da Secretaria de Justiça e Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro (Cojudine) apresentou, no dia cinco de outubro, uma notícia-crime à Delegacia de Crimes Eletrônicos na Internet (RJ) e ao Ministério Público Federal.

Para a Cojudine, as pessoas que estão manifestando suas convicções de forma errada devem ser responsabilizadas penalmente. E, caso não seja possível encontrar os autores dos depoimentos, por recusa de liberação de informação, ou por outro motivo qualquer, ligado ao provedor, a responsabilidade sobre as afirmações deve cair sobre o Orkut. Conseqüentemente, se não tomar as providências cabíveis, como retirar a 100% Branco do conjunto de suas comunidades, o Orkut deve ser impedido de continuar no ar, ou receber outro tipo de sanção compatível com o delito denunciado pela Coordenadoria.

Os crimes de preconceito de raça e de cor estão previstos na Lei Federal 7.716. O artigo 20 da norma estabelece reclusão de um a três anos e multa para quem "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". E, de acordo com o segundo parágrafo desse artigo, "se algum desses crimes é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza", a pena aumenta: a reclusão prevista é de dois a cinco anos, além de multa. Já o terceiro parágrafo prevê o recolhimento imediato ou a busca e a apreensão de exemplares do material, e a interrupção das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas, antes da conclusão do inquérito judicial, caso a Justiça decida por isso.

**Jornalista (DF)*

São Luís sedia 3º congresso brasileiro de pesquisadores negros

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Entre os dias 6 e 10 de setembro, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Centro Histórico da cidade de São Luís foram os espaços para a realização do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene). "Pesquisa social e políticas de ações afirmativas para afrodescendentes" foi o tema central dessa edição, que contou com 595 inscritos, oriundos de vários estados da federação, bem como de países latino-americanos, a exemplo de Colômbia e Cuba.

Aos pesquisadores presentes – a maioria composta por mulheres negras –, criaram-se cerca de duzentas oportunidades de debate por meio de grupos de trabalho, mesas-redondas, minicursos e conferências, além de oficinas e sessões de vídeo. Os trabalhos, de modo geral, ligavam-se às áreas de ciências humanas e da saúde. Segundo Carlos Benedito, coordenador-geral do III Copene: "As discussões desenvolvidas colocam questões para o debate nacional, como as ações afirmativas, a saúde da população negra, a questão das comunidades rurais quilombolas, temas que dizem respeito à vida cotidiana da população afrodescendente do Brasil. Isso indica a necessidade de o Estado brasileiro dar conta da implementação de políticas públicas que assegurem a participação da população negra nos diversos espaços da sociedade".

Mesmo com tal abrangência, os veículos de comunicação de circulação nacional não reconheceram a importância desse congresso, privilegiando a repercussão,

no caso específico da Rede Globo, de outro evento que acontecia paralelamente, a 48ª Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema). Para além desse sintoma, a nova direção da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)¹ e a organização do IV Copene, a ser realizado em Salvador (BA), em 2006, têm o desafio de incentivar a participação de pesquisas ligadas à área de tecnologia.

INTELLECTUALIDADE NEGRA – O questionamento da legitimidade do antagonismo entre militância e ciência, construído e reproduzido nas universidades, apareceu em várias falas, as quais também remeteram à possibilidade de construção de um programa científico do povo negro. Mais do que a apresentação de novos conteúdos, trata-se de uma renovação epistemológica.

Ao traçar um panorama da obra de Cheik Anta Diop, historiador senegalês que teve seus trabalhos sobre nações africanas rechaçados pela academia europeia, o professor Carlos Moore propôs aos pesquisadores negros o desafio de deixar de lado a intimidação imposta pela academia – que muitas vezes reproduz mentiras – e tomar como o exemplo o próprio Anta Diop, que se armou de rigor científico e, em seguida, disse o que deveria ser dito, "sem ter medo das consequências, sem pedir perdão ou autorização".

Dessa forma, eventos como o Copene representariam um não-espaço para a reprodução de dilemas vazios que perpassam muitas

vezes o fazer intelectual hegemônico e, definitivamente, serviriam como catalisadores do desenvolvimento da pesquisa científica como ação social.

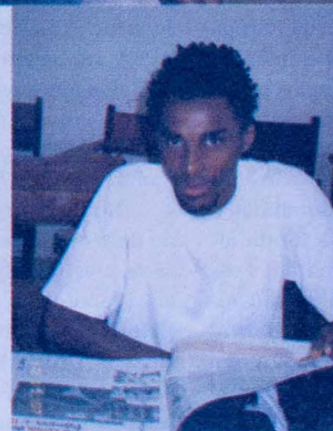
ANEN – O III Copene foi também momento para encontros específicos, como a reunião dos representantes de Neabs e a dos estudantes. Nesta se decidiu pela criação da Associação Nacional de Estudantes Negros (Anen), composta exclusivamente por estudantes negras e negros. De acordo com Lio Nzumbi, estudante de Ciências Sociais da UFba: "O mundo negro constitui uma nação. Nós somos um povo que tem assuntos a tratar. A partir de uma iniciativa como esta, nós poderemos criar um espaço em que os interesses dos estudantes negros serão discutidos pelos próprios estudantes negros, em que nós seremos contemplados. A UNE, por exemplo, não nos representa. As lutas pelas bandeiras gerais de democracia nunca deram retorno à nossa contribuição".

Entre as propostas de ação, estão a promoção do II Seminário de Estudantes Negros Universitários (Senun), de nível nacional, e a de encontros de estudantes negros em seus respectivos estados. Além disso, "a Anen deve ser um espaço de denúncia das dificuldades que os estudantes negros têm para desenvolver suas pesquisas, conseguir bolsas, muito em virtude do racismo institucional, universitário, existente", diz Hélen Barcelos, estudante de Geografia da UERJ.

* Jornalista (DF)



Acima, Plenária Final na UFMA. Ao lado, Lio Nzumbi



Ao lado, Hélen Barcelos. Abaixo, Reunião para formação da ANEN



Fotos: Ana Flávia

15
EVENTOS

Estudantes da Bahia reivindicam universidade negra

Repúdio à Universidade eurocêntrica norteou o 3º Seminário de Estudantes Negros e Negras Universitários (as) da Bahia, realizado entre 5 e 7 de novembro

Hamilton Vieira*

A universidade brasileira é eurocêntrica. Seus conteúdos, sua epistemologia, seus métodos de investigação são pautados em conhecimentos científicos que superavalorizam as teorias vindas da Europa em detrimento dos conhecimentos e contribuições legados pelos povos indígenas e negros que formaram a nação. A presença de professores e alunos brancos é de 90%, não chegando a 3% o número de alunos e professores negros. Essa foram algumas das questões levantadas pelos professores Valdério Silva (Universidade do Estado da Bahia/UNEB), Maria de Lourdes Siqueira (Universidade Federal da Bahia/UFBA) e Marcus Alessando (Instituto Steve Biko) na mesa redonda *Universidade Eurocêntrica: Discussão de Um Projeto de Universidade Negra*, ocorrida no dia 6 de novembro, no III Seminário de Estudantes Negros e Negras Universitários da Bahia (III SENUN-BA).

Para os participantes dessa discussão, é importante que a universidade brasileira incorpore aos seus estudos os saberes, a filosofia e outras formas de conhecimento negro e indígena sem preconceitos e estereótipos, para que isso venha a refletir a pluralidade cultural e étnica presente em nossa sociedade.

O evento aconteceu de 5 a 7 de novembro, no Pavilhão de Aulas da UFBA, no bairro de Ondina, próximo à orla marítima de Salvador. A promoção foi de seis núcleos de universitários negros de faculdades

e universidades públicas e particulares da Bahia, com o patrocínio da Petrobrás e apoio do Ministério da Cultura, através da Fundação Palmares e outras instituições. Na abertura do SENUN, na Reitoria da UFBA, no bairro do Canela, centro de Salvador, o professor Hélio Santos, da Universidade de São Paulo, discursou sobre o tema *A Raça é Humana, mas de Quem é o Poder?*

No dia 6 de novembro, ainda, no debate sobre *Reforma Universitária*, o estudante de Ciências Sociais, Kleber Rosa, da coordenação do Coletivo de Estudantes Negros e Negras Universitários da Bahia (CENUNBA), disse que os estudantes negros não aceitam uma reforma onde não sejam incluídas questões pertinentes às necessidades dos estudantes e do povo negro em geral: "Não podemos aceitar o ensino universitário voltado apenas para o mercado de trabalho. A reforma universitária no seu bojo deve contemplar as reivindicações da comunidade negra, que é o ensino público e gratuito, de qualidade, e que garanta a permanência dos estudantes negros e de baixa renda, através de programas de assistência, como moradia nas residências universitárias, transporte e alimentação gratuitos", pontuou Rosa.

Numa sala, com a presença majoritária de estudantes mais jovens, foi debatido o tema da *Juventude Negra Hip-Hop e a Produção Intelectual*, por Ricardo Andrade (Posse de Conscientização e Expres-

são, do bairro de Itinga, periferia da cidade de Lauro de Freitas), Simone Gonçalves (Posse Orí, de Salvador) e Juno (Posse Quilombo Vivo, de Salvador).

MULHER NEGRA e RELIGIÃO

A Mulher Negra e sua Invisibilidade Simbólica foi a temática da fala da socióloga Luíza Bairros (Universidade Católica de Salvador/UCSal), realizada na tarde de 6 de novembro. A estudiosa questionou o termo "Invisibilidade da mulher negra". Para ela, em todo o Brasil não se pode dizer que a mulher negra é invisível. "A maior prova da presença dessa mulher em todo o País é na liderança que elas ocupam como sacerdotisas nas religiões de matriz africana, como educadoras e líderes comunitárias", disse.

O debate sobre *Religiosidade e Intolerância Religiosa* foi uma das mesas que atraiu o maior número de participantes. Do debate participaram o professor Normando Batista (Centro de Cultura Popular/CECUP), que falou de religião sob a ótica do povo do axé, a socióloga Lilian Aquino (CENUNBA) e o pastor Djalma Torres, da Igreja Batista Nazareth. Normando e Lilian falaram da necessidade da união do povo do candomblé para lutar, por meio das leis brasileiras que garantem liberdade de culto, contra os ataques sistemáticos, por parte de religiões cristãs, especialmente pelos



pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, de que as religiões de matriz africana vêm sendo vítimas. O pastor Djalma Torres falou da intolerância das igrejas evangélicas com relação ao candomblé: "São pouquíssimas as igrejas de denominação evangélica que aceitam o diálogo interreligioso com outras religiões, especialmente com as de expressão africana. A minha Igreja Batista Nazareth, formada em boa parte por pessoas que lutam pelos direitos humanos, é uma das poucas que encaram a aproximação com outros credos sem preconceitos", enfatizou o pastor batista.

Brasil Miscigenado: Degeneração Negra, Solução Branca foi a abordagem feita pelo advogado Samuel Vida, professor da Faculdade de Direito da UFBA, e pelo mestrando em Ciências Sociais da UFBA, Walter Altino. Samuel disse que a miscigenação no Brasil foi construída como uma política pública, articulada pelas elites para eliminar a presença física dos negros, da sua cultura e dos seus valores: "A utilização da miscigenação para manutenção da ideia de universalidade de valores e dos sujeitos. A ideia de se pensar o brasileiro como categoria universal, nega essa pluralidade cultural tão marcante na nação brasileira", enfatizou Vida.

Walter Altino denunciou que o tão propagado mito da miscigenação traz prejuízos na construção da identidade dos povos não brancos: "Eles percebem que a sua cultura,

suas características físicas e culturais são negadas a todo momento, provocando a falta da auto-estima, entre as populações afro-descendentes e indígena-descendentes”, observou Walter.

ASSASSINATOS e QUOTAS

Em Salvador, o número de negros assassinados é de quatro por dia, 100 por mês e mil por ano. Em sua maioria são jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e do sexo masculino. A informação foi dada pela mestrandia em Sociologia pela UFBA, Vilma Reis, na palestra *Violência Urbana e o Genocídio do Povo Negro*, no último dia do III SENUN-BA, 7 de novembro. Conforme a estu- diosa, esses crimes, em sua maioria são praticados pelas Polícias Civil e Militar, e por grupos tolerados por essas duas instituições: “As pesquisas que são realizadas, algumas por estudiosos, outras até mesmo por instituições governamentais, em sua maioria não pontuam a questão racial como geradoras dessa barbárie”, denunciou Vilma Reis.

Já o militante do Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU), Hamilton Borges, disse que a comunidade negra brasileira assiste com certa passividade a violência diária, que homens e mulheres negros e negras de todas as idades são vítimas.

“As universidades da África do Sul e dos EUA são mais racialmente plurais do que as instituições de ensino superior no Brasil. Além das quotas para negros, que já estão sendo implantadas por algumas universidades brasileiras, é preciso estabelecer o sistema de preferência para negros nos cursos de

III SENUN-BA
Seminário de Estudantes Negros(as) Universitários(as) da Bahia

**PODER PARA O POVO NEGRO:
UM OUTRO PARADIGMA PARA A LIBERDADE**

CENUNBA
COLETIVO DE ESTUDANTES NEGROS(AS)
UNIVERSITÁRIOS(AS) DA BAHIA

SALVADOR
5 A 7 DE NOVEMBRO 2004

ABERTURA - REITORIA DA UFBA - 19H
PALESTRANTE - PROF. HÉLIO SANTOS - SP

INFORMAÇÕES: SECRETARIA DO III SENUN-BA, PRO-REITORIA DE EXTENSÃO - RUA LEOPOLDO FILGUEIRAS, 392
FAZENDA GARCIA - CEP 40.500-170 - SALVADOR/BAHIA - TELS. 71 328-0124 / 7044 R-10 FAX: 71 328 0127

pós-graduação”, o apelo foi feito pelo professor José Jorge Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), durante a mesa que debateu *Ações Afirmativas*. Essa mesa teve a participação ainda do deputado federal Luiz Alberto (PT/BA).

A jornalista Ceres Santos, mestrandia em Educação pela UNEB, que há quatro anos vem divulgando em várias instituições a importância da política de quotas para o negro brasileiro, disse que existe uma grande resistência en-

tre os alunos das escolas particulares de nível médio em aceitar a implementação dessa políticas: “Eles de forma egoística não querem abrir mão dos seus privilégios, alegando ainda quebra da qualidade de ensino nas universidades que aderirem às quotas. Da parte dos alunos das escolas públicas, a gente percebe uma baixa auto-estima, eles dizem sentir-se despreparados para concorrer nos vestibulares”.

Estratégias de Organização Negra na Universidade foi também um dos debates mais concorridos. A estudante de Ciências Sociais da UFBA, Trícia Calmon, falou que para o estudante negro é mais difícil crescer na carreira acadêmica em decorrência de suas carências materiais e estruturais: “A maioria de nós estudantes negros não falamos uma língua estrangeira, em nossas casas não dispomos de um computador e aí fica difícil nossa relação com a informática, ferramenta tão necessária a qualquer profissional e estudante nos dias de hoje. Nossa carência vai também desde a falta de dinheiro de transporte para vir para a universidade, para alimentação e para tirar xerox dos livros que necessitamos para acompanhar as aulas e fazermos nossos trabalhos acadêmicos”, desabafou a estudante.

Para Trícia, os núcleos de estudantes negros que estão se formando em universidades públicas e particulares são importantes porque facilitam o diálogo com as estruturas universitárias, “e nos fortalecem enquanto estudantes negros que lutamos para permanecer nas universidades”, pontuou Trícia.
**Jornalista (BA)*

Resoluções do III SENUN-BA

Por volta das 20 horas, após plenária, foi encerrado o III SENUN-BA, com propostas que serão implementadas pelos estudantes negros ou que serão encaminhadas a órgão ligados à educação. Eis algumas das principais decisões:

- 1 - O Coletivo de Estudantes Negros(as) Universitários (as) da Bahia (CENUNBA) irá apoiar todas as ações do Comitê Pró-Quotas, visando à aprovação das quotas em todas universidades baianas.
- 2 - Em 2005, realização do II SENUN, em Brasília.
- 3 - Criação do Comitê Baiano da Juventude Negra para participar do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005, no Rio Grande do Sul. Na oportunidade será realizado o Pré-Seminário do III SENUN-Nacional.
- 4 - Lutar pelo Passe Livre para todos os estudantes negros de todos os níveis educacionais.

Falas de Jobim mostram os avanços e os receios no Judiciário

Invisibilizada pela mídia, luta por ações afirmativas recebe apoio do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas militância negra ainda desperta temor

Ana Luiza Flauzina*

Nos dias 21 e 22 de outubro foi promovido pela Universidade de Brasília o Seminário *Políticas de Cotas e Justiça Social: Pressupostos Jurídicos para a Inclusão na Universidade*, com a participação de nomes de peso no meio jurídico nacional, a fim de aproximar o Judiciário de um debate que cada vez mais se coloca enquanto objeto de sua intervenção. O esforço em reunir atores que de fato pudessem contribuir para a elucidação dos pontos mais controversos em relação às políticas de ação afirmativas, num evento que estrategicamente contou com a participação de representantes de associações de juizes federais, obteve o êxito esperado.

A observação a ser feita de imediato é que os juristas e ativistas negros que se pronunciaram no evento fizeram falas representativas, revelando o que uma platéia atônita teve de constatar: somos o que há de melhor e de mais sofisticado quando se trata de pensar os assuntos relativos à questão racial negra no Brasil. As intervenções dos palestrantes Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, que numa investida no Direito Comparado procurou situar a

constitucionalidade e pertinência das ações afirmativas; Ivair Augusto dos Santos, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que narrou a trajetória e conquistas advindas de Durban, ainda carentes de uma real efetivação; e, finalmente, Hédio Silva Júnior, advogado, que direcionou sua fala, dentre outros aspectos, para a identificação da população negra brasileira enquanto grupo a que se direcionam as ações afirmativas e os mecanismos jurídicos capazes de sedimentar essa identificação, foram particularmente relevantes. Apesar do impacto causado pelas falas numa platéia não habituada ao traquejo da militância negra, foi a palestra do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, a grande vedete do evento.

Não é a primeira vez que o Ministro se pronuncia abertamente a favor das políticas de ação afirmativas quebrando espaços de resistência. No último dia 20 de agosto a Câmara Municipal da maior cidade brasileira rompeu com um silêncio de quatro séculos: foi a primeira vez que se discutiu de

maneira autônoma a questão racial negra, tratando-se em especial das chamadas políticas de ação afirmativa. A palestra *A inserção do afro-descendente na sociedade brasileira*, promovida pela Câmara Municipal de São Paulo, a requerimento da Vereadora Claudete Alves, teve como destaque principal, assim como no evento de Brasília, a intervenção de Nelson Jobim.

Apesar da presença de nomes renomados nos meios jurídicos, intelectuais e militantes daquela cidade, no evento da Câmara Municipal, e da fala de um Ministro com esse gabarito, não houve repercussão do Seminário nos principais veículos de comunicação. De maneira previsível, mas preocupante, o estrondo produzido pela afirmação dos direitos do negro no Brasil foi mais uma vez abafado, numa tentativa recorrente de invisibilização das conquistas desse segmento.

Centrando a atenção no posicionamento de Nelson Jobim, percebemos que suas falas nos eventos de Brasília e São Paulo em muito se assemelham e, dado o simbolismo e conseqüente ressonância que a postura de tal personalidade alcança nos meios jurídicos, acreditamos ser pertinente per-

correr seus principais eixos de articulação.

Nelson Jobim é a representação mais refinada do tipo de solidariedade branca com que podemos contar, no que se refere à necessidade das políticas de ação afirmativas: reconhece a existência do racismo, a legitimidade da aplicação de políticas reparatórias, inscreve a defasagem do negro no processo histórico, mas tacitamente desmerece o local de fala da militância negra nesse debate.

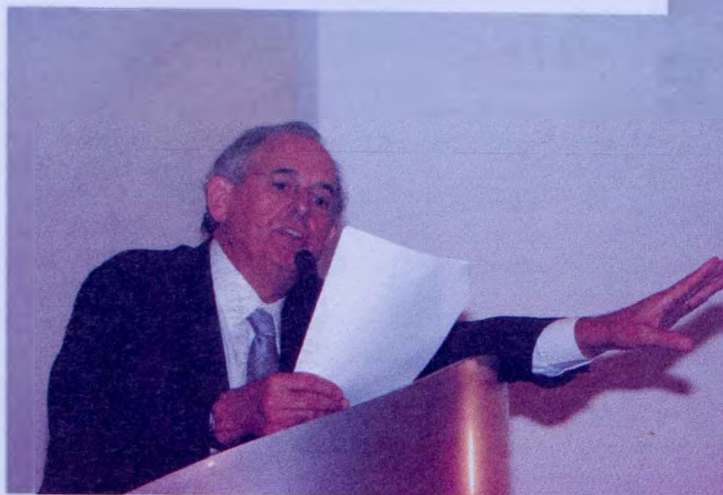
Juridicamente, a fala do Ministro trilha, nitidamente, pelos caminhos da experiência. Primeiro, faz uma análise da legislação brasileira quanto à criminalização do racismo, chamando nossa atenção para o fato de que foi só em 1989, com a Lei 7716, que a prática de discriminação racial sai do campo das sanções tidas como topográficas. Explico. A tipificação inicial do crime de racismo e as legislações que a seguiram consideravam não a conduta em si, mas o local de sua prática. Assim, era proibido vedar alguém em função de sua raça ou cor de entrar em restaurantes, bares e pensões, por exemplo, o que significava uma autorização tácita em se discriminar o



indivíduo em local diverso do previsto em lei. O que estava em foco era, portanto, o local da discriminação e não o ato de discriminar.

Foi só com a referida lei de 1989 que houve uma ampliação no entendimento, passando a ser considerado crime praticar, induzir ou incitar pelos meios de comunicação ou por publicação de outra natureza a discriminação e o preconceito. O Ministro chama a atenção de que mesmo essa lei carrega uma forte debilidade, já que delimita os meios pelos quais o racismo pode se manifestar (meios de comunicação), autorizando a prática por outros. Finalmente, com a Lei 9459, de 1997, encerra-se o ciclo de legislação penal que enxerga a prática racista restritivamente, considerando crime a prática de discriminação racial qualquer seja o meio utilizado.

A visão de Jobim é de que a legislação penal está inscrita num modelo reativo de ação estatal, insuficiente para tratar das complexas relações raciais vigentes no Brasil. De acordo com sua análise, há uma política de estrangimento imposta aos negros e negras brasileiros. Citando a jornalista Miriam Leitão, o Ministro caracteriza o racismo brasilei-



Fotos: Junhati/STF

ro como mecanismo capaz de "separar sem segregar, constranger sem proibir". Nessa perspectiva, a discriminação racial apesar de não explicitada teria agido historicamente em prejuízo da população negra.

Partindo para a análise das políticas de ação afirmativas propriamente ditas, Jobim chama a nossa atenção para o fato de o Supremo Tribunal Federal já ter se pronunciado no sentido de admitir a constitucionalidade das medidas de ação afirmativas. Para demonstrar essa assertiva, o Ministro lembra de decisão tomada pelo Supremo quando chamado a se pronunciar por ocasião da Emenda Constitucional nº 20, da Reforma da Previdência, do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A referida Emenda estabeleceu um teto para o benefício da previdência social, fixando os benefícios máximos em 1.200 reais. Tendo em vista a questão específica da licença-maternidade, os movimentos feministas articularam-se alegando a inconstitucionalidade da norma, no que se refere à sua aplicabilidade no caso da mulher gestante. Ora, o pagamento da licença-maternidade, que compreende os quatro meses a que a gestante

tem direito de se afastar do emprego sem prejuízo do salário e do emprego é de responsabilidade da Previdência Social. Com o teto estipulado, a idéia aventada era a de que o que excedesse a esse valor (acima dos 1.200 reais), passaria a ser de responsabilidade do empregador.

O entendimento do Tribunal caminhou no sentido de que essa solução estaria colocada em prejuízo dos direitos da mulher, na medida em que, na prática, os empregadores teriam resistência em contratá-las ou estipulariam seus salários sempre próximos ao teto de 1.200 reais, para não terem de arcar com o ônus posteriormente. Assim, considerou-se a legislação inconstitucional, quanto à licença-maternidade, na medida em que favoreceria a discriminação. Nas palavras de Nelson Jobim, "significa que o Tribunal, nesta decisão, começa a acenar para a possibilidade de a legislação respeitar diferenças e reconhecer as desigualdades como elemento fundamental para o estabelecimento da obtenção da igualdade". Jobim aponta, dessa maneira, um precedente de peso na sustentação das políticas de ação afirmativa.

Ainda debruçado sobre o tema, o Ministro acena para a necessidade de se pensar as ações afirmativas como instrumentos isentos para a superação de processos de desigualdade. Não há, de acordo com seu entendimento, que se questionar qualitativamente essas políticas, ou seja, questionar se são boas ou ruins, justas ou injustas. Para ele, temos de enfrentar o problema "objetivamente", atentando para a legitimidade das políticas e não para as percepções dos atores.

Nesse ponto, o Ministro está explicitamente tentando silenciar os argumentos contrários às ações afirmativas, que as desqualificam fazendo uso da retórica cega às assimetrias experimentadas na realidade social. Entretanto, sua tentativa de objetivação na análise não consegue ocultar a mensagem tácita que encaminha ao movimento negro, caracterizando-o como promotor de

um discurso de retaliação do passado e mesmo de fundamentalista em suas posições. Inscrito em sua posição supostamente isenta de opiniões em relação as políticas de ação afirmativa está o olhar que lança para os atores da militância negra, caracterizando sua intervenção como demasiadamente emocionada.

Assim Jobim abraça o paradoxo. Se vale dos argumentos e do esforço revisionista empreendido pela militância negra na reconstrução da perspectiva histórica lançada para as relações raciais brasileiras, mas, ao mesmo tempo, não consegue enxergar a pertinência e a metodologia empreendida por esse segmento. Teme que o vigor e uma postura abertamente reivindicatória sejam mal interpretados pela austeridade do Judiciário. Defende a capapuça da serenidade como o melhor caminho a ser trilhado e, acredito, duvida mesmo da consistência de

nossa intervenção. Esquece-se o Ministro que foram os alardes do movimento negro que pautaram a questão racial no Brasil, apesar de toda a resistência. É da militância negra o protagonismo desse processo e é ela quem o conduz, apesar das oposições.

Apesar das reticências não há espaço para grandes sobressaltos ou alvoroços. Estamos diante de um aliado. O tipo possível de aliado. Aquele que, afinal, ainda não consegue enxergar toda a complexidade da luta anti-racista no Brasil e a importância dos diferentes níveis de intervenção para sua completude. A lacuna não diminui o impacto simbólico da intervenção do Presidente do Supremo Tribunal Federal apoiando as políticas de ação afirmativa. Sua fala, definitivamente, coloca o entendimento do Judiciário sobre o assunto em outro patamar. Não temos a mesma visão do processo, mas compartilhamos o que há de fundamental: a vontade de superar as barreiras raciais que se colocam entre o negro e a dignidade nesse país.

* Advogada e mestrandia em Direito

A população negra e o acesso à Justiça

Ivair Augusto Alves dos Santos*

No final dos anos 70, o movimento negro foi um dos pioneiros na defesa dos Direitos Humanos da população brasileira. Vivíamos num regime autoritário de repressão, censura e violência. Em julho de 1978, na cidade de São Paulo, um grupo de homens e mulheres negras, imbuídos de um sentimento por justiça, realizou um ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, denunciando o racismo, a tortura e o assassinato de um trabalhador negro nas dependências de uma Delegacia de Polícia da Zona Leste de São Paulo. Esse fato culminou com o surgimento do Movimento Negro Unificado - MNU, um marco na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Nas últimas décadas, podemos verificar que a população negra está recorrendo mais à Justiça nos casos de discriminação racial e, ao contrário do senso comum, hoje podemos constatar mudanças significativas na percepção do racismo no Brasil. Uma das explicações para este fato está no crescimento do ativismo do movimento negro, mas também na mudança do perfil socioeconômico da população negra. Os estudos que cito a seguir traçam um panorama otimista sobre o cres-

cimento do acesso à Justiça, por parte da população negra.

Viver em democracia implica que os cidadãos sintam que, no seu cotidiano, os seus direitos elementares estejam garantidos. Há necessidade de que as pessoas se sintam protegidas. Uma pesquisa sobre a percepção de direitos e deveres, promovida pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC - FGV/ISER, em 1997, constata o desconhecimento da população sobre seus direitos, em especial os direitos políticos (1,7%); e a reduzida preocupação atribuída aos direitos civis (11,7%) - liberdade, igualdade, justiça, integridade física, direito à vida, direito à propriedade e segurança.

Esses dados confirmam-se também na pesquisa de Sergio Adorno (1996), que afirma:

"Os réus negros dependem mais da assistência judiciária proporcionada pelo Estado (defensoria pública e dativa, correspondendo a 62%) comparativamente a réus brancos (39,5%). Em contrapartida, 60,5% dos réus brancos possuem defensoria constituída, enquanto apenas 38,1% dos réus negros se encontram na mesma condição. Por sua

vez, a natureza da defensoria parece influenciar o direito à apresentação de provas testemunhais. Trata-se de uma garantia constitucional que tem grande peso no curso do processo penal. A pesquisa revelou ainda que é menor a proporção de réus negros que se valem desse direito (apenas 25,2%). Entre os réus brancos, essa proporção é bem mais elevada (42,3%). É também alta a proporção de réus negros que deixam de usufruir desse direito (74,8%), em comparação aos réus brancos (57,7%), o que permite concluir que, a assistência judiciária constituída favorece preferencialmente réus brancos. Essa modalidade de assistência responde pela absolvição de 60,9% dos réus brancos, enquanto que entre os réus negros, a proporção é bem mais baixa (27,1%)".

A pesquisa "Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil", realizada pela Fundação Perseu Abramo em setembro de 2003, constatou que 70% dos entrevistados responderam que tinham algum conhecimento da existência de legislação contra o racismo. O interessante é que a pesquisa informa que 49% dos entrevistados atribuí a responsabi-

lidade de combater o racismo às pessoas e somente 36% responderam ser uma obrigação dos governos !...

O conhecimento da existência da legislação não se traduz necessariamente em ajuizamento de denúncias e constituição de advogados de defesa. As denúncias que ganham espaço na mídia ainda são reduzidas, diante do tamanho da população negra no País. A percepção de que o racismo não leva a nada contribui para a desinformação e o ceticismo.

Na mesma pesquisa, 93% dos entrevistados declaravam não ter conhecimento de casos de discriminação racial que tramitaram na Justiça.

Os jornais registram de forma tímida os casos de discriminação racial. Segundo pesquisa realizada no período de 1989-1994, por Antonio Sergio Guimarães, 547 matérias coletadas sobre queixas de discriminação racial, registradas por 44 jornais diários e duas revistas semanais, referem-se a 201 casos de discriminação racial, que vitimaram 296 negros. Em seu estudo, ele classificou em quatro categorias os casos de denúncia de discriminação racial que foram publicizados:

1- Restrição à livre circulação ou permanência das

pessoas em lugares públicos (22%);

2- Violação aos direitos de consumo de bens e serviços (39,8%);

3- Violação aos direitos relativos ao emprego e ao exercício profissional (16,4%); e

4- Agressões raciais nas relações sociais (20,9%).

Os casos publicizados mostram que a discriminação racial está no cotidiano das pessoas, principalmente em relação aos direitos civis. Entretanto, ao acompanhar a atuação das instituições do movimento negro, registramos sinais de mudança desse quadro.

Para a comunidade negra no Brasil "o processo de redemocratização permitiu a elaboração de um pensamento crítico ao perfil das relações raciais e a emergência, em várias regiões do país, de grupos que utilizavam essa crítica como ponto de partida para as suas ações públicas e iniciativas de aglutinação de novos membros. Sendo assim, a trajetória rumo à democracia, no caso brasileiro, conta com duas situações de fundo para a população negra: a elaboração de uma crítica ao modelo das rela-



Foto: Daniel Cardoso

ções raciais vigente; e a propostas de organização da comunidade negra na defesa de seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais” (Sant’Anna).

Levantamento- O Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – CNCD/SEDH realizou um levantamento sobre o registro de casos que estão tramitando nos Tribunais de Justiça dos Estados, no período de 2001/2002. Com o objetivo de conhecer o andamento desses processos, verificamos os casos, noticiados ainda que forma reduzida, mas que estão indo para além das simples denúncias.

O resultado, embora com falhas e omissões por razões técnicas, constituiu um sinal claro de os tempos estão mudando. Nos balanços de atividades que alguns tribunais realizam sistematicamente, o crime de discriminação racial não consta como um dado passível de consulta. Ao consultar os Tribunais, verificamos a heterogeneidade de formas e de recursos para se obter esses dados. Isto nos coloca a primeira questão, sobre a tabela apresentada mais adiante: não podemos fazer um estudo comparativo da situação do crime de discriminação racial nos estados.

A quantidade de casos expressa muito mais o grau de eficiência dos tribunais em ter o registro dos casos de discriminação racial, do que servir de indicador ou referência da freqüência dos casos de discriminação racial nos estados. Ao analisar o quadro, há uma tendência de procurar estabelecer comparações sobre a incidência de racismo nos estados.

O quadro serve como indicativo da existência de casos de denúncias que estão sendo levadas aos tribu-

nais e se transformando em processos judiciais. Esta situação, ao lado da assistência judiciária promovida pelas entidades do movimento negro, fornece elementos acerca de medidas que poderiam ser impulsionadas para implementar ações de prevenção à discriminação racial.

A “história de militância do movimento negro contemporâneo – aquele que ressurgiu em centros urbanos como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife entre os anos de 1974 e 1975 – irá denunciar limitações enfrentadas cotidianamente pela população negra e que não podiam, como muitos desejavam, ser interpretadas apenas pelo fato de considerável parcela dessa população estar confinada nos estratos menos favorecidos da sociedade brasileira” (Sant’Anna).

A partir da iniciativa do SOS/ Racismo de São Paulo, o Geledés - Instituto de Mulheres Negras criou o serviço de assistência judiciária a casos de discriminação racial. A experiência motivou o desenvolvimento de iniciativas similares em outros estados, como RJ, MS, MT, RS, PE, BA, PB, SC, PA e MG.

Um dos fatores que fez com que Minas Gerais se apresente, no quadro acima com o maior número de registro de casos, é provavelmente porque o Estado possui uma rede de entidades negras bastante expressiva e articulada, tanto na capital como no interior, em especial no Triângulo Mineiro.

Na Paraíba, a criação de um SOS Racismo no Ministério Público Estadual facilitou o registro e o encaminhamento dos casos de discriminação racial.

Os dados de Santa Catarina são ilustrativos desse processo em crescimento do ativismo do mo-

vimento negro, na construção do acesso à Justiça. O Núcleo de Estudos Negros – NEN/SC tem sido uma referência nacional, desde o caso do Sr. Vicente Francisco do Espírito Santo, demitido da Eletrosul em março de 1992, onde trabalhava há 17 anos. Pela primeira vez na história do País, um tribunal superior reconheceu a prática de racismo no âmbito das relações de trabalho e determinou sua reintegração ao quadro funcional da empresa, em março de 1995.

Finalmente, não podemos deixar de lembrar da importância da realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas de Intolerância Correlatas, ocorrida em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001. Após a Conferência, em cumprimento ao compromisso assumido pelo Brasil, foi aprovada uma Declaração e um Plano de Ação, reconhecendo que a discriminação racial e o racismo são graves violações de direitos humanos, e que são necessárias ações nacionais para o combate à discriminação.

Entre os diversos artigos do Plano de Ação de Durban, destacamos o artigo 164 que estabelece que *“acesso legal aos recursos e remédios jurídicos devem ser facilitados às vítimas de discriminação e, neste sentido, devem ser seriamente considerados a inovação de conferir a instituições nacionais e outras instituições, bem como organizações não governamentais pertinentes, a capacidade de prestar assistências às vítimas”.*

** Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos*

Registro de casos de discriminação racial nos Tribunais de Justiça nos Estados, no período de 2001/2002- Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos

ESTADOS	Nº DE CASOS
01 Acre	02
02 Alagoas	Sem informação
03 Amapá	Sem informação
04 Amazonas	02
05 Bahia	10
06 Ceará	Sem informação
07 Distrito Federal	Sem informação
08 Goiás	09
09 Espírito Santo	Sem informação
10 Maranhão	Sem informação
11 Mato Grosso	01
12 Mato Grosso do Sul	Sem informação
13 Minas Gerais	216
14 Pará	Sem informação
15 Paraíba	45
16 Paraná	Sem informação
17 Pernambuco	00
18 Piauí	Sem informação
19 Rio de Janeiro	02
20 Rio Grande do Norte	00
21 Rio Grande do Sul	12
22 Rondônia	Sem informação
23 Roraima	Sem informação
24 São Paulo	31
25 Santa Catarina	126
26 Sergipe	Sem informação
27 Tocantins	Sem informação

JUSTIÇA

Candidaturas negras derrotadas mostram os problemas na política

O resultado das eleições municipais beneficiou poucas candidaturas negras em todo o país. O IrohIn preferiu ouvir primeiro três candidatos que não se elegeram. Creuza Oliveira (Salvador-BA), Maria Conceição (Porto Alegre-RS) e Dario Alegria (Paracatu -MG).

Maria Conceição (PT), com 2.761 votos (0,35% do total), foi a mais votada entre os 15 candidatos da Frente Popular. A soma dos votos dos candidatos negros de Porto Alegre permitiria eleger mais de um candidato. Divididos, os can-

didatos negros acabam sempre por favorecer a eleição de candidatos brancos. O que aconteceu em Porto Alegre não é diferente de muitas outras cidades. Ainda estamos distantes da ação política organizada e da construção de consensos majoritários entre nós. Os partidos, por sua vez, querem o voto negro, mas temem a organização política dos negros. Em consequência, não destinam recursos para apoiar os candidatos negros além da justa medida que atenda os interesses da captação de votos negros para eleger candida-

tos brancos. Nada além disso. Os recursos do fundo partidário e outras arrecadações se destinam à candidaturas definidas como prioritárias, sempre brancas. As exceções, que procuraremos ouvir na próxima edição, foram: no Rio de Janeiro, Edson Santos (PT), com 44.585 votos (1,31% do total); em São Paulo, Claudete Alves (PT), com 46.104 votos (0,77% do total); e, em Salvador, Olívia Santana (PC do B), com 9.660 votos (0,80% do total). Olívia Santana é forte candidata à Secretaria de Educação na capital baiana.



"As Campanhas Eleitorais hoje são movidas pelo dinheiro, a minha foi movida pela militância" (Creuza Oliveira)

Fábia Calasans*

Representante nacional da segunda maior categoria trabalhista – a categoria das trabalhadoras domésticas, Creuza Oliveira foi candidata ao cargo de vereadora da Cidade de Salvador pela terceira vez. Com o slogan *A Estrela Negra*, a candidata do Partido dos Trabalhadores não conseguiu se eleger com 3.901 votos. O resultado da eleição municipal em Salvador reflete a configuração de exclusão da população negra dos espaços de poder público. Olívia Santana, foi

a única candidata do Movimento Negro que conseguiu eleger-se, um resultado que tem preocupado as representações dos Movimentos Negros em Salvador. "Esta eleição foi um retrocesso para a cidade e para o Movimento Negro por que temos uma representação ainda menor do que na gestão passada", avalia Creuza Oliveira, que acredita que este resultado reflete a falta de identificação do povo com as candidaturas negras.

Segundo a avaliação de Edmilton Cerqueira, um

dos coordenadores da Campanha, Creuza encarna todo tipo de preconceito e de rejeição por ser Mulher, Negra e Doméstica. "Ela é tudo o que esse país não quer, por que as pessoas não associam ao negro um lugar de poder." O viés dessa última Campanha eleitoral foram as questões de Raça e Gênero, priorizando as trabalhadoras domésticas e ampliando o debate na tentativa de atingir toda a população negra através de propostas contra o trabalho infantil, pelas cotas na universidade, con-

tra o extermínio do povo negro, contra a esterilização de mulheres negras e pela participação do povo negro nos espaços de poder. Uma Campanha com esta envergadura, em uma cidade como Salvador, é uma campanha de mobilização contra o racismo, que educa e conscientiza politicamente a população a não votar em troca de uma cesta básica, de um copo de cerveja ou de um favor qualquer, explica Creuza. "Acho que valeu a pena. Sei que os quase 4.000 votos que tive foram

honestos. Quem votou em Creuza tem consciência do que fez", declara orgulhosa.

Aos 47 anos, Creuza Oliveira conta que a discriminação ainda é muito forte contra uma doméstica, apesar da visibilidade que ela tem hoje em decorrência das várias premiações recebidas, a exemplo do Prêmio Nacional da Revista Cláudia, o Prêmio de Direitos Humanos e a recente indicação para o Prêmio Nobel da Paz para 1000 Mulheres. "Hoje é muito difícil alguém não saber quem é Creuza. O meu

nome tem uma boa receptividade porque eu já tenho 21 anos na luta, no Movimento Negro Unificado, no Movimento de Mulheres, no Movimento de Trabalhadoras Domésticas, por ser fundadora do Sindicato da Bahia e hoje Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, tudo isso dá uma boa visibilidade ao meu nome."

Essa popularidade conquistada com o trabalho de base não é respaldada pelo Partido dos Trabalhadores. "No PT fui avaliada e fiquei no grupo de candidaturas prioritárias conseguindo 25 segundos no programa eleitoral, mas seria bom se o Partido investisse mais. Dentro do partido as questões de Raça e Gênero continuam em segundo plano." Creuza lamenta não ter conseguido um carro de som para fazer a divulgação da sua Campanha. "As Campanhas eleitorais hoje são mo-

vidas pelo dinheiro, a minha foi movida pela militância. As pessoas que trabalharam na Campanha foram todas voluntárias. Realizamos eventos para angariar recursos, recebemos doações mensais de simpatizantes, camisetas e até os espaços para organizar os Comitês no bairro onde moro foram cedidos. Acho que faltou uma estrutura financeira para se fazer uma Campanha melhor."

Os partidos apostam mais nas candidaturas de homens negros por que eles têm mais possibilidades de conseguir recursos para suas campanhas. As cotas para as mulheres dentro do Partido não são preenchidas e o Movimento de Mulheres vem lutando para empoderar e colocar mais candidatas na disputa. "Só retiro meu nome se minha categoria não me quiser mais. Coloco meu nome em prol das traba-

lhadoras domésticas e quero estar encorajando minhas colegas a representar esta categoria." Creuza avalia como positiva a atuação de mulheres trabalhadoras domésticas na Coordenação da sua Campanha, o que garante a ocupação dos espaços de poder por pessoas sérias. "Quando entrei no Movimento Sindical, depois no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres jamais pensei na possibilidade de disputar um cargo no Parlamento. Em 96, surgiu dentro do MNU a idéia de lançar meu nome. Em 2000, eu participei mais consciente e agora em 2004 eu gosto de fazer política e sinto não ser tão jovem para fazer a minha campanha."

Além da dificuldade de participação das mulheres, Creuza conta que nessa última eleição, a tentativa frustrada de uma re-

presentação mais efetiva do Movimento Negro na Prefeitura de Salvador reacendeu uma idéia antiga de fundação do Partido Negro. "Já há algum tempo eu ouço essa idéia de fundar o Partido Negro, mas eu não tenho uma opinião definida sobre isso. Por que as organizações de Movimento Negro têm também seus conflitos. Mas hoje nenhum partido absorve inteiramente a questão racial, e esse poderia ser um caminho."

Dentro do Movimento Negro, Creuza quer avaliar o preconceito e a intolerância religiosa que sofreu nessa última Campanha. "Eu sou militante do MNU há 20 anos, e durante esse tempo eu sempre fui Evangélica. Agora em 2004 descobriram isso e fizeram Campanha contra mim. Eu não posso exigir o respeito de um determinado grupo se eu pratico a

mesma coisa. Nessa campanha eu fui vítima dessa intolerância."

Dessa eleição Creuza tira a lição de que não se pode desistir. "Eu só retiro meu nome quando a categoria não quiser mais. E estou preparada também para estar construindo outros nomes", outras lideranças que possam dar continuidade a uma luta que tem como referência Dona Laudelina Campos Melo que criou em Santos/SP a primeira Associação de Domésticas no Brasil, na década de 40. "Quando a gente está nessa luta contra o racismo a gente tem que olhar lá atrás e ver que irmãos e irmãs nossas como Luíza Mahim, Dandara, Zumbi dos Palmares começaram essa luta e morreram nas trincheiras lutando. Aí a gente tem consciência de que só está dando continuidade junto com outras terezas, marias e joanas, companheiras nossas", finaliza.

**Jornalista (BA)*

"Só teremos uma democracia plena no País quando as nossas fotografias estiverem nos quadros do poder"(Maria Conceição)

*Vera Daisy Barcellos**



A gaúcha Maria Conceição Lopes Fontoura é um nome conhecido entre os que militam no Movimento Negro, Político-Partidário e Feminista do Rio Grande do Sul e no País. Sua trajetória aponta um histórico compromisso de quase 30 anos na defesa de mulheres vítimas de violência de gênero, de raça-etnia, de classe social e na luta pela igualdade

de oportunidade para todas as pessoas.

Neste ano, a professora estadual, graduada em Letras, mestranda em Educação, técnica-administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - saiu, pela segunda vez, candidata a uma vaga no Legislativo Municipal de Porto Alegre. Em pleitos anteriores, concorreu à Depu-

tada Estadual e Federal. Em 2002, recebendo 13 mil votos. No período que antecedeu as eleições, foi indicada como pré-candidata à Vice-Prefeita de Porto Alegre pelo Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores - PT. As urnas, no entanto, não corresponderam, mais uma vez, às suas expectativas. Mesmo não se elegendo, a

militante de base e sem tendência do PT avaliou que teve um bom desempenho eleitoral. Entre os candidatos negros petistas, Maria Conceição ficou em primeiro lugar na contagem de votos e, no contexto geral do Partido, foi a 21ª mais votada.

Um dia depois das eleições de 3 de Outubro, prontamente recuperada das

muitas caminhadas solitárias em busca do voto em bairros e vilas, Conceição afirmou que sua não eleição não significou a derrota de um projeto. "Não sou uma perdedora mas, sim, uma vencedora, porque estou vendo que, a cada eleição, várias negras estão se encorajando com o meu exemplo. Não deu desta vez, mas vamos agora para outro plei-

23
ELEIÇÕES

to eleitoral. Tenho certeza que esta minha perseverança é que vem incitando as mulheres negras de diferentes grupos político-partidários a se oferecerem como candidatas a um cargo no Poder Legislativo Municipal, Estadual ou Federal”.

Na análise que fez da derrota dessas candidaturas - nenhum candidato declaradamente negro se elegeu em Porto Alegre -, Conceição enfatiza ser necessário uma discussão mais ampla dentro dos partidos, bem como uma total reestruturação na organização de apoio que irá resultar num trabalho mais profissional. E isso passa, também, pela montagem de um Seminário catalisador e de chamamento à participação de mulheres e homens negros na política.

EXEMPLO DE RESISTÊNCIA - Ao longo do processo de quatro candidaturas sem lograr êxito nas urnas, Maria Conceição vale-se do exemplo do Quilombo de Palmares que, mesmo dizimado, mantém, ao longo dos tempos, a proposta de um espaço de liberdade, de resistência e de uma república socialista e solidária. “Nesse sentido”, afirma, “mesmo não tendo vencido as eleições, eu me valho da simbologia de Palmares para dizer que nós temos que estar ocupando, cada vez mais, nossos espaços dentro da sociedade brasileira, ou seja o da representação parlamentar. Por outro lado, salienta, com base na sua experiência pessoal, que “é preciso estar sempre se apresentando. Não podemos nos candidatar apenas uma única vez e ficar com o sentimento de que não deu certo, é necessário insistir e vir sempre de novo”.

“Eu tenho repetido constantemente que enquanto nós, negros e negras, não estivermos ocupando estes espaços públicos, a so-

cidade brasileira não poderá ser chamada de democrática. Ainda vivemos uma democracia incompleta e inconclusa, uma vez que nós, negros, estamos ainda afastados do poder de decisão”. Com o pensamento já voltado para as eleições de 2008, Maria Conceição revela a vontade de “formar uma rede nacional e internacional para que se consiga discutir a nossa participação - enquanto negras e negros - na vida da Cidade, do Estado e da Nação. Precisamos dizer o que queremos e o que julgamos melhor para a cidade onde moramos, em nosso Estado e em nosso País”.

De acordo com ela, a comunidade negra não precisa de interlocutores, há pessoas habilitadas e capacitadas para o exercício deste poder. Para Maria Conceição, a verdadeira democracia só acontecerá em nosso País, quando a fotografia dos negros também estiver nos quadros do poder.

“Se dizem que somos 20% em Porto Alegre e no Estado, que sejamos 20% na fotografia do poder da Câmara Municipal e 20% na Assembléia Legislativa; aí sim, podemos dizer que estamos vivendo uma democracia plena. Enquanto isto não acontecer, enquanto não estivermos ocupando esses espaços não podemos afirmar que há democracia em sua expressão máxima na sociedade brasileira”, argumentou.

INTERIOR - Maria Conceição nasceu em Cachoeira do Sul, distante cerca de 2h40min de Porto Alegre. A cidade, conhecida por suas grandes safras de arroz, exerceu grande influência na menina nascida em 14 de fevereiro de 1950, filha do casal Talita e Lucídio Fontoura. Num momento de emoção, ela reverencia seus pais e suas primeiras professoras pelas oportunidades oferecidas numa sociedade interioranas

marcada pelo racismo. “Meus pais não tinham a fala que se tem hoje, mas de uma certa forma sinalizavam que eu, como negra, tinha que ser sempre a melhor”. Conceição revela que o tempo em que permaneceu no Interior, cerca de 20 anos, foi fundamental para suas definições quando passou a morar na Capital. “Minha cidade será o fio condutor, principalmente na minha luta contra o racismo, discriminação racial e preconceito racial que ainda se abate sobre a população negra. E, também, será importante neste compromisso contra a opressão de gênero vivenciada pelas mulheres, em especial, as negras”.

Ao reafirmar que Cachoeira do Sul é fundamental no seu entendimento das questões raciais, Maria Conceição evoca as lembranças de uma cidade definida pelo racismo, que insistia em determinar que o lugar a ser ocupado pelos negros era sempre o de menor valor. Ainda, em suas recordações, ela acentua que a discriminação racial era percebida tranqüilamente em sua cidade, uma vez que, até a metade do século 20, “a rua principal tinha um lado onde passavam os brancos e no outro, os negros”.

Com este quadro tão definidor, o ciclo, segundo ela, só poderá ser rompido com a exigência de ser o melhor entre os melhores. E assim foi sua infância, sua adolescência e juventude, marcada pelos elogios das professoras de ser “muito inteligente” e sendo sempre destaque entre seus colegas brancos. Anos mais tarde, com o devido distanciamento, veio a compreensão de tudo: “ser a melhor, desde o jardim da infância, tinha sido a forma de superarmos o racismo”.

Este perfil de militante, de estar à frente de lutas e de partilhar coletivamente idéias é um pouco da genética do pai, antes um

sapateiro de confecção de bonitos calçados, depois funcionário da Delegacia de Imposto de Renda e presidente de um clube de futebol, o 14 de Julho, de Cachoeira do Sul. Da mãe, herdou o temperamento recolhido, mas com determinada dose de indignação. “Às vezes, eu quero ficar um pouco encolhida, quieta no meu canto, mas aí bate aquele espírito de liderança do meu pai e eu sei que tenho que ir à frente, porque há muito para se fazer”.

MARIA MULHER - Terminada a campanha eleitoral, mas sem esquecer a militância partidária e seus eleitores, Maria Conceição está de volta à rotina da ONG Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, que ajudou a fundar em 8 de março de 1987. Mudanças nos estatutos deram término ao regime presidencialista na Organização e, hoje, ela ocupa o cargo de Coordenadora Técnica. Segundo ela, Maria Mulher tem muito a ver com a sua participação político partidária e, igualmente, com o movimento social negro, onde as mulheres negras precisam estar engajadas e participando da vida da Cidade, Estado e País.

Esta exigência faz com que Maria Mulher tenha um diferencial que a distingue das outras entidades de mulheres negras existentes no País. Conceição explica que mesmo sendo uma organização não governamental e apartidária, “ela não é apolítica e, portanto, conseguiu avançar nesta discussão de intervenção na sociedade, destacando-se, neste ponto, a importância de ocupar espaços de representação para levar temas que Maria Mulher vem trabalhando, tais como a violência contra a mulher.

Ao citar dados da Organização Mundial da Saúde que aponta que a cada 18 segundos uma mulher é espancada no País, a coor-

denadora de Maria Mulher chama atenção para a construção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Nesse sentido, afirma, uma candidatura - como foi a sua - saída de uma organização de mulheres negras tem o papel de representar “algo que faz parte de nosso cotidiano de atuação”.

Maria Mulher, lembra Conceição, atua em uma das vilas mais próximas do centro de Porto Alegre, onde há um índice muito grande de violência contra a mulher. A exigência de políticas públicas é urgente para que as mulheres saiam desses locais, onde são alvos de pancadas, e passem para um lugar onde elas possam ser acolhidas, bem tratadas e possam estar fortalecidas para buscar o exercício da cidadania.

A área da saúde também merece um cuidado especial de Maria Mulher que pleiteia e defende uma política pública de saúde que acolha as chamadas doenças étnicas. Para que o homem negro e a mulher negra tenham nos hospitais e postos de saúde um atendimento que considere as suas especificidades. A marca de Maria Mulher está identificada com as mulheres negras, o seu fortalecimento e seu empoderamento.

Maria Conceição é uma entusiasta defensora da política de reparação e das ações afirmativas. Para ela, o Brasil - que durante 350 anos se nutriu com o tráfico de escravos - tem que reparar os danos causados pela escravidão. “Não é possível esquecer que durante este regime, negras e negros construíram a riqueza deste País sem receber nada em troca. Portanto, está mais do que na hora de se oportunizar aos descendentes de africanos a devida indenização”, conclui.

*Jornalista (RS)

“Eu não saberia responder por que uma cidade com a maioria negra nunca elegeu um negro” (Dario Alegria)

Diony Maria*



As eleições de 2004 agitaram a rotina de Paracatu, município localizado na região noroeste de Minas Gerais, a 483 km de Belo Horizonte, que ostenta o significativo percentual de 68,9% de negros no total da população. A revelia da lei eleitoral, até altas horas do dia 2 de outubro, véspera das eleições, a juventude da cidade encheu as ruas vestindo camisetas e “cantando” os números dos candidatos majoritários.

Interessado em conhecer as peculiaridades de uma candidatura negra, o **Irohìn** acompanhou Jurandir Dario Damasceno, o Dario Alegria, ex-jogador de futebol com passagens brilhantes pelo Vasco da Gama, Flamengo, América Mineiro, Palmeiras e Monterey (México). Dario correu, pela segunda vez, a uma cadeira na Câmara de Vereadores.

Segundo ele, no entanto, a disputa eleitoral de 2004 é “a mais séria”. A primeira, em 1992, “foi só uma brincadeira, sem base e sem campanha”. Em todo caso, naquele pleito, Dario obteve 291 votos. “Uma votação extraordinária”, avalia, lembrando que seriam precisos apenas 400 votos para ser eleito.

Nascido em Paracatu, há sessenta anos, Dario – literalmente – correu mundo dos 14 aos 46, retornando à terra natal, em 1990, para assumir o cargo de diretor do Departamento Municipal de Esporte Lazer e Turismo. De lá para cá, foi proprietário de uma casa de shows e de um bar.

E, há quatro anos, no posto de presidente, dedica-se em tempo integral à organização não governamental *Fala Negra, Instituto de Defesa da Cultura Negra e do Afro-descendente*, que atua prioritariamente nas seis comunidades de remanescentes de quilombos existentes no município.

Benefícios - Pai de seis filhos: Rita (36 anos), Andréia (33 anos), João Marcos (28), Daniel (26 anos), Isabela (11 anos) e Artur (sete anos), Dario ainda não garantiu uma aposentadoria referente aos anos em que atuou no futebol. “Está na justiça. Eu ganhava muito, principalmente no Palmeiras, e eles

querem me dar muito pouco. Pedi uma revisão de benefícios.” A renda mensal, ele obtém com os aluguéis de três modestos imóveis adquiridos na época das vacas gordas do futebol. “O problema é que nem sempre o pessoal paga”, reclama.

Mesmo sem recursos, a



Dario com Djalma Santos no Palmeiras

campanha de Dario contou com a presença de personalidades famosas, como o ator de cinema e televisão, Antônio Pompeu, e a escritora

Benedita Damasceno. “O Pompeu desfilou abraçado comigo pelas ruas da cidade e pediu votos para mim. Nós também visitamos muitas casas”, conta. Já Benedita, que é prima de Dario e mora na Itália, fez questão de “dar uma passada” por Paracatu e prestigiar a campanha do primo, quando esteve no Brasil para receber uma homenagem.

Na tarde do dia 2 de outubro, enquanto observava, da janela do único cinema da cidade, as manifestações do candidato majoritário adversário da sua coligação, Dario era saudado ininterruptamente por paraca-tuenses de todas as idades. Questionado sobre a sua popularidade, lembra que, além do seu passado como jogador de futebol, ele é o responsável pela escola de samba da cidade. “No carnaval, nós saímos com mil e quinhentas

pessoas. Eu faço tudo lá dentro, até os instrumentos”, comenta.

Na tarde do dia 3 de outubro, o dia das eleições, as filhas mais velhas, que viajaram de Belo Horizonte especialmente para prestigiar a candidatura do pai, choravam emocionadas em reunião familiar no “território livre dos Damascenos”, construído no começo do século passado pelo pai de Dario, o tocador de acordeom Luiz de Darilo, onde vivem hoje, distribuídos por três casas, irmãos, tias, sobrinhos e a mãe de Dario, a dona Rita, atualmente com 83 anos. Nesses dois dias, enquanto acenava para um e era abraçado por outro, Dario contou o seguinte:

Depoimento - “Todos os negros com condições um pouco melhores já se candidataram a vereador, mas até agora ninguém foi eleito. Quando eu era menino, o meu pai contava que o único negro vereador, em Paracatu, foi Cândido Cebola. Isso aconteceu há mais de 70 anos. O pessoal mais velho conta que ele era da igreja protestante e que, naquela época, o reverendo da igreja era um norte-americano, que “obrigou” os fiéis a votarem no Cebola. O meu pai,

X... (unreadable)

ELEIÇÕES

que era uma pessoa conhecida na cidade e até fundou a Sociedade Operário Paracatuense, um clube de negros, dizia que o Cebola era negro, mas não defendeu a causa dos negros. Ele se elegeu e trabalhou sempre como representante da igreja e não dos negros. Era um vereador sem pasta e sem poder.

Tecnicamente, eu não saberia responder por que uma cidade com a maioria negra nunca elegeu um negro. Eu acho que é porque, em Paracatu, o negro foi muito pisado e massacrado. Ele tem medo de tudo, parece avestruz. As oportunidades para o negro são mínimas.

Há anos atrás, o prédio onde hoje funciona a Câmara

de Vereadores era do Jockey Clube, um clube da elite. Naquela época, o preconceito era ainda maior. No carnaval, os negros ficavam sentados na praça da igreja, que fica do outro lado da rua do clube, para ouvir a música dos bailes. Então vinha a polícia e mandava os negros irem embora para casa.

Não é só a inferioridade financeira. O negro de Paracatu se considera inferior. Dia destes, vieram fazer um vídeo sobre a cidade e entrevistaram pessoas na rua. Nenhum negro quis falar. Eles fugiam da câmera. Outro dia bateram numa mãe e numa criança pequena, porque elas eram negras, nós fomos registrar a queixa e o promotor não

aceitou o registro, disse que era melhor deixar para lá e não mexer com isso.

Discriminação - Eu não enfoquei a discriminação racial na minha campanha. Fiquei com receio de falar porque algumas pessoas brancas me apóiam e elas poderiam ficar ressentidas. O negro de Paracatu não tem suporte. Todo negro é pobre, quase sempre sem estudo. Os brancos também não têm estudo, mas são mais ousados e têm mais dinheiro. Eu me senti discriminado até mesmo no palanque da campanha da minha coligação partidária. Eu falei menos."

O candidato Dario Alegria obteve um total de 298 votos e não se elegeu. Na semana seguinte à eleição, Dario

e representantes dos quilombolas Amaras integraram a comitiva do ministro da Cultura, Gilberto Gil, em viagem ao estado da Paraíba. No dia 14 de outubro, Dario e os mesmos quilombolas foram violentamente discriminados em restaurante localizado na estrada que liga o município de Montes Claros ao de Paracatu: o proprietário desferiu improperios racistas e recusou-se a servir almoço "porque eles eram negros". Uma advogada está acompanhando o caso, denunciado à polícia no dia seguinte.

Vice-presidente - Ramiro Francisco Alves, o Ramirinho, 48 anos, afastou-se um pouco das atividades cotidianas da Fala

Negra, mas ainda é o vice-presidente da ONG, da qual é fundador. Mesmo um pouco a contragosto de Dario, que temia a divisão de votos entre duas candidaturas negras, Ramirinho, que é funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, disputou também uma vaga na Câmara de Vereadores. Visto como mais "imediatista" pelo restante da diretoria da Fala Negra, Ramirinho obteve significativos 665 votos, sendo o candidato negro com maior votação em Paracatu, nas eleições de 2004. Ramirinho, no entanto, também não se elegeu.

* Jornalista (DF)

Anotações de viagem

Brasileiros praticamente ficam fora do mais importante encontro de Mulheres e Homens africanos e da diáspora dos últimos 40 anos, realizado em Dacar, entre 6 e 9 de outubro

Paulino Cardoso*

Em junho deste ano, consegui, ao contrário de muitos intelectuais brasileiros, acadêmicos ou não, tomar conhecimento, por intermédio dos professores Carlos Moore e Acácio S. dos Santos, da 1ª Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora, organizada pela União Africana e tendo por tema A África no séc. XXI - Integração e Renascimento.

Trata-se, no dizer dos organizadores, intelectuais e Chefes de Estados presentes no evento, do mais importante encontro de mulheres e homens africanos e da diáspora dos últimos quarenta anos. De fato, muitos reitores, professores, escritores, dirigentes de organizações não governamentais, embaixadores, ministros, doze presidentes e outros representantes das republicas africanas e também de países com descendentes de africanos lá estavam presentes.

Segundo a coordenação, 700 pessoas participaram do "meeting". Pela verdadeira maratona que foi o credenciamento, é possível que esta informação esteja correta. Como cheguei cedo, às 09:00 da manhã, rapidamente fui enviado para a sala de "inscription".

Tudo muito moderninho. Confirmação de inscrição e pose para câmera digital para a foto do crachá. Enquanto você esperava a confecção do mesmo, permanecia num espaço climatizado com direito a cafezinho, suco de laranja, canapés e outros quitutes. Agora os coitados que chegaram mais tarde, penaram horas e horas em filas intermináveis...

A Conferência estava organizada em torno de seis temas:

1. Pan-africanismo no séc. XXI.
2. Contribuição dos intelectuais africanos e da diáspora para a

consolidação da integração africana no contexto do séc. XXI.

3. Identidade Africana em um contexto multicultural.

4. O lugar da África no mundo.

5. As relações da África com suas diásporas.

6. África, ciência e tecnologia.

A metodologia do evento estava baseada em apresentação de documentos, comentários dos, debatedores e discussões com os participantes presentes nas comissões temáticas. Ao final, cada comissão elaborou seu relatório que foi lido e debatido em plenário. Sendo que o Prof. Theófilo Obenga, relator geral da Conferência, responsabilizou-se pela entrega de um documento final no prazo de trinta dias após o encerramento do encontro. Por sinal, todos os grandes nomes da inteligência acadêmica estavam lá.



Além de Obenga, Mafete Assante, Elikia Mbokolo, Joseph Ki-zerbo, Sheila Walker, etc.

Chamou atenção o ritmo intenso da Conferência, trabalhávamos por horas e horas seguidas, parando para o almoço, por exemplo, pra lá das quatorze ou quinze horas e alongando os trabalhos até as dezenove. Além disso, conversávamos muito. Como disse Abdoulaye Wade, presidente do Senegal, na Cerimônia de Abertura, o simples fato de intelectuais de vários cantos do mundo, da Noruega ao Japão, de Uganda a Costa Rica, terem se reconhecido como africanos e se mobilizado para ir a Dacar, na África Ocidental, para discutir o futuro do continente e de sua diáspora, já foi um grande feito.

Outro aspecto que não pode ser ignorado foi, como disse uma colega da Comissão II (A contribuição dos Intelectuais...), uma certa

ambigüidade existente na Conferência. Ela era um encontro de intelectuais, muitos deles ligados ou exercendo cargos públicos, financiado e organizado por instituições estatais. Tal aspecto "tensionou" as discussões e, de algum modo, vinculou a agenda dos pesquisadores, e outros, aos problemas sofridos pelos governos.

Não por acaso, a cerimônia de abertura e a mesa redonda com Chefes de Estado que se seguiu teve um forte impacto nos participantes. Para mim, que não havia experimentado esse contato direto com lideranças de países tão diferentes como Líbia (por teleconferência), Mali, Ruanda, Uganda, África do Sul e Cabo Verde, os discursos foram impactantes e contribuíram para repensar o modo como eu imaginava o continente e nossas relações com ele.

Infelizmente, não consegui anotar todas recomendações apresentadas pelos relatores dos grupos. E mesmo que quisesse, muito do que foi produzido, não estava nas plenárias mas nos muitos debates e acordos que ocorreram nos corredores, refeições e atividades paralelas.

Os intelectuais do continente centraram sua reflexão, me parece, na questão das formas de implementação da integração efetiva da África. Seguindo a orientação de Abdoulaye Wade, M. Gadafi, Thabo Mbeki e outros, muitos, defenderam a necessidade da integração total do continente, criando instrumentos que levassem a criação dos Estados Unidos da África. Para tanto, defenderam a importância de se estudar os processos de integração econômica que deram certo (por exemplo, Mercado Comum Europeu), assim como a integração das universidades e adoção de línguas francas, não-étnicas, como o "swahili" e o árabe.

Em relação aos afrodescendentes, me parece que o ponto consensual e de grande relevância foi a proposta de transformar o conjunto da Diáspora na sexta região da União Africana. Os colegas da Comissão III (As relações da África com suas Diásporas), propuseram, ainda, o direito dos afrodescendentes à cidadania africana, com o fim dos vistos e livre trânsito pelo continente, um maior comprometimento dos governos com a luta pela melhoria das con-

dições de vida e pelo combate ao racismo e outras formas de intolerância. E nesta questão, vi no presidente de Cabo Verde, um aliado generoso e atento. Indicaram, também, a necessidade de uma difusão da história e cultura dos povos de origem africana nas Américas e no restante do mundo nas instituições escolares dos países africanos.

Quanto a participação brasileira na Conferência, tenho muito pouco a dizer. Encontrei Gilberto Leal, da CONEN, e Adilton, coordenador do NEN/SC, no dia 07/10, e além de uma conversa amigável, não realizamos nenhuma ação coordenada. A Prof^a Inês Barbosa, representante do Governo Brasileiro, me considerou um africano – o que, de certo modo, me pareceu um elogio.

Creio que o primeiro tem alguma responsabilidade pelo baixo número de brasileiros, pois, grande parte dos intelectuais negros e negras, com vasta produção e grande respeitabilidade, não foram contactados. Em especial, os acadêmicos, professores doutores que a duras penas construíram uma carreira centrada na pesquisa sobre as populações afrodescendentes no Brasil e que poderiam ter contribuído de forma brilhante no encontro. Suas ausências demonstraram a urgência da consolidação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), como nosso interlocutor institucional junto a diferentes agências governamentais, da sociedade civil e de cooperação internacional, para que possamos dar visibilidade à nossa produção científica e às nossas demandas.

Para nós, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Santa Catarina, a Conferência nos possibilitou divulgar as atividades da UDESC e angariar apoios junto as instituições de ensino superior africanas para o projeto de um consórcio interinstitucional de NEAB'S.

Creio que, igualmente, foi um passo importante em nossa luta para recuperar o controle do discurso sobre nós mesmos, na medida em que nos foi possível fazer contatos com muitos intelectuais africanos, abrindo caminho, desse modo, em um futuro próximo, para a concretização de parcerias, intercâmbio acadêmico e cooperação científica.

• Professor da UFSC

Ex-deputada fala sobre luta negra nos EUA



"Eu estava em Chicago, passando ferro na calça do meu filho, quando liguei a televisão, exatamente no início da Marcha sobre Washington, naquele verão quente de 1963", disse, no início de sua fala, a ex-deputada norte-americana Cardiss Collins, ante o público reunido no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na tarde do dia 9 de novembro. Atuando durante onze mandatos (que são de dois anos), a Sra. Collins tornou-se a mulher negra a atuar por mais tempo na Casa dos Representantes do Congresso Federal dos Estados Unidos, entre junho de 1973 e janeiro de 1997. "Seria um dia que eu jamais esqueceria", continuou, "era o dia em que eu veria a quebra de todas as correntes".

A rememoração pessoal não vinha ao acaso, e funcionava até como uma metáfora. Ao ligar a TV, era toda uma sintonia que acontecia. A luta dos afro-americanos, na conquista de seus direitos civis, "soldou" a experiência individual e o destino coletivo, o momento fugaz do acontecimento e o tempo longo do processo histórico. A Sra. Collins fez questão de situar a Marcha sobre Washington, dentro de um "contínuo de movimentos", que passa, por exemplo, pelo gesto épico de Rosa Parks, de não "dar seu lugar"; pelo subsequente boicote de ônibus na cidade de Montgomery; pelos *sit ins*, depois de 1960; e pela recuperação da memória da Marcha sobre Washington desejada, em 1941, por A. Philip Randolph.

Ela ressaltou a articulação entre a pressão efetiva, vinda de baixo, e a atuação parlamentar, onde ela própria se destacou. Em alguns casos, a mera formulação de projetos-de-lei pode surtir um efeito coativo muito forte. Collins mencionou a resposta social quase imediata ao projeto que fez, em razão da ausência de negros na publicidade, o qual rezava que "nenhum dinheiro gasto em propaganda poderá ser abatido do Imposto de Renda". O resultado, segundo ela: "Eu comecei a 'me ver' na TV, onde os negros não apareciam". Dirigindo-se ao senador Paulo Paim e ao público, Collins manifestou sua vontade pessoal de estar presente, em novembro de 2005, na **Marcha Zumbi + 10**.



Ilê Aiyê celebra 31 anos de encanto e luta

Cláudia Santos*

O Bloco Afro Ilê Aiyê celebrou, no dia 1º de novembro, seu 31º aniversário com um grande encontro com a comunidade negra de Salvador. A multidão que acompanhou a Banda Aiyê ao longo da caminhada rumo à nova sede da instituição, inaugurada há pouco mais de um ano, cumpriu seu papel: levou música, dança e estética negra às ruas da Liberdade, maior bairro negro da cidade de Salvador.

A música foi o forte da festa e os sinais da vitalidade do Bloco puderam ser vistos na apresentação da Banda Erê, composta pelos jovens alunos da escola de dança e percussão. Os grupos Viola de Doze e Papoula mostraram um samba repleto de influências do Recôncavo e do reggae e a cantora Margareth Menezes encerrou a noite com o seu afropop.

O Candomblé e os movimentos político-culturais que se relacionavam com o impulso norte-americano do Black Power foram influências marcantes na fundação do Ilê Aiyê, sempre re-inventadas pelo bloco afro ao longo dos anos. Além destas, outra forte inspiração, não apenas do Ilê mas igualmente de outras instituições do Movimento Negro criadas na década de 70, foi a luta de libertação das nações africanas colonizadas pelos portugueses, a exemplo de Moçambique, que em 1974 negociava o fim da guerra e construía a transição para a independência.

Oportunamente, o tema do Carnaval de 2005 do Ilê Aiyê é "Moçambique Vutlari – O Saber". Com o discernimento de quem zela pela história ancestral da negritude, Mãe Hilda Jitolu, Yalorixá que acompanha o bloco desde sua fundação, lembra que a cena era diferente nos anos 70 e estava feliz por testemunhar o sucesso do grupo: "Este sonho eu ajudei a embalar, achei que era uma boa idéia a gente enfrentar o perigo, porque era perigoso saírem muitos negros na rua, juntos. Naquele tempo, negro não falava alto, eu então achei uma boa idéia criar um bloco de negros".

Mãe Hilda lembra que o Ilê Aiyê nasceu para contribuir com a libertação dos negros, para construir cidadania e assegurar a igualdade de direitos. Aos jovens que cada vez mais se aproximam e se integram às tradições criadas pelo Bloco Afro, ela deixa um recado especial: "É seguir em frente, porque o caminho já foi aberto, é seguir em frente sem violência, sem droga, com a cabeça erguida, olhando de frente onde vai pisar, porque as pisadas iniciais já foram feitas, só falta dar continuidade".



Com atividades de formação, bloco resgata referências negras e fortalece a identidade

Com atividades de formação, bloco resgata referências negras e fortalece a identidade

*Professora, técnica do Ceafro (BA).

Produção educativa para televisão mobiliza artistas e educadores

Projeto A Cor da Cultura aproveita caminhos abertos com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

Wania Sant'Anna*



Foto Carlos Moura

Poucos ousariam negar que o estabelecimento da Lei 10.639 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação é uma conquista das organizações negras, dos seus ativistas e de todos profissionais de educação preocupados com uma formação não discriminatória. A ampla movimentação que já se pode registrar em vários estados para que a legislação se torne uma realidade nas salas de aula já demonstra o quanto temos como responsabilidade pela frente.

O projeto "A Cor da Cultura" foi especialmente elaborado como uma contribuição a mais para o enfrentamento desse desafio. Na compreensão de pelo menos três de seus proponentes – Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), TV Futura e Fundação Roberto Marinho – constitui, também, uma oportunidade de unir educação, comunicação e participação de artistas negros em todas as fases de seu desenvolvimento. O projeto nasceu com esse espírito, preocupado em aproximar artistas negros – atores, diretores, cinegrafistas, fotó-

grafos, escritores – de uma legislação anti-discriminatória e, ao mesmo tempo, promover suas habilidades profissionais. Nesse sentido ele é um projeto essencialmente afirmativo.

O histórico nada alentador de relação da população (imagem) negra com os meios de comunicação, obviamente, inspira as preocupações de muitos. E, de fato, essas preocupações têm sido objeto de intensa discussão nos fóruns executivos do Projeto. Como esperança, o que se tem obtido como resposta é uma crescente conscientização sobre a necessidade de retratar a população negra brasileira de forma diferente e, isso, os formuladores do Projeto avaliam como algo positivo para o início do diálogo – um diálogo inédito segundo os profissionais de mídia. Levar equipes inteiras e direção do Canal Futura a repensar as suas programações, assimilando nossos pontos de vista, é sem dúvida um desafio extra ao Projeto.

O que está sendo proposto

O Projeto "A Cor da Cultura" tem dois grandes componentes: a produção áudio-visual e a formação de professores. A produ-



Em Brasília, artistas negros manifestaram apoio ao projeto

ção áudio-visual inclui cinco grades de programação. Os programas são o *Ação*, exibido na TV Globo e na TV Futura; *Livros Animados* e *Nota 10*, da TV Futura; além dos inéditos *Heróis de todo mundo* e *Mojubá*, que serão exibidos também na TV Futura e na TVE.

No *Ação* está prevista a produção de quatro episódios dedicados a retratar iniciativas sociais afirmativas desenvolvidas por organizações não-governamentais em todo o país que tenham a população afro-des-

cedente como público alvo prioritário. O *Livros Animados* – que incentiva a leitura junto ao público infantil – terá dez edições, destacando escritores, temáticas afro-brasileiras e africanas e visibilidade de artistas negros em várias áreas – da interpretação à produção literária, por exemplo. O Programa *Nota 10*, voltado para metodologia de ensino e formação de educadores, terá cinco edições. Neste caso, espera-se exibir práticas pedagógicas exemplares, bem como a

realização de debate com educadores sobre história e cultura afro-brasileira e problemas relacionados à discriminação racial no ambiente escolar. O *Heróis de todo Mundo* terá 30 interprogramas, de 2 minutos de duração cada um, e irá retratar a vida e a obra de homens e mulheres negros que se destacaram nas diferentes áreas do conhecimento no Brasil. E, finalmente, o programa *Mojubá*, que se constituirá de sete documentários sobre a religiosidade de ma-

triz africana, a história dos quilombos e de outros valores da negritude presentes na cultura brasileira. No total, serão produzidos e veiculados, em um ano, 56 programas.

O componente de formação de educadores inclui a produção de um kit educativo e ações de capacitação para sua utilização em duas mil escolas públicas de ensino fundamental de sete estados da federação. Episódios selecionados de cada um dos programas serão reunidos em fitas VHS que fazem parte do kit educativo do Projeto que terá, ainda, livro para os professores com conteúdos diversos, dicionário de línguas africanas, jogo educativo, entre outros recursos de fixação de conhecimento sobre a África e sobre a população afro-brasileira.

Esse material vai ser disseminado por meio da TV e também em duas mil escolas públicas de ensino fundamental de vários estados do país. Para isso, os professores serão capacitados para utilizá-lo em sala de aula e terão um acompanhamento nessa implementação. Além disso, os conteúdos estarão disponibilizados em um *site*, que aprofundará os temas tratados por meio de artigos e biografias.

Complementando as ações de formação prevê-se a criação de um site no qual estarão disponíveis conteúdos que aprofundam temáticas tratadas nos programas e no kit educativo. Enfim, no seu conjunto, o Projeto "A Cor da Cultura" aposta na concepção multimídia e na formação à distância para atingir públicos distintos – professores, crianças e adolescentes, comunicadores, gestores de políticas públicas, entre outros.

Os programas televisivos são o carro-chefe do Projeto, mas esses têm sido singularmente pensados para utilização em outros meios de comunicação e, em todas as situações, apostam na criação artística não-discriminatória como um diferencial para a apresentação da imagem da comunidade negra – homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. Essa concepção tem regido cada decisão de formatação dos programas sugeridos no conjunto do Projeto.

Até o presente momento, com o desenvolvimento desse perfil de programação tem sido assegurada a participação de profissionais com distintas formações, por exemplo, pedagogos, diretores de televisão, cinema e teatro, antropólogos, historiadores, atores, escritores, jornalistas, músicos. Enfim, uma equipe interdisciplinar que combina profissionais com sensível percepção sobre problemas relacionados à população negra e aos constrangimentos resultantes dos múltiplos processos de discriminação racial; e profissionais que desconhecem essas questões, mas se mostram sensíveis a revisar as suas percepções sobre esses assuntos. Ou seja, está em curso um sugestivo processo de aprendizagem mútua.

Público: um desafio à parte

Não são poucos os questionamentos em torno do alcance de público de um Projeto veiculado em uma TV por assinatura, como em geral é percebida a existência de um canal de televisão como o Futura. Essa preocupação poderia ser parcialmente respondida com o fato de também ser parceira do Projeto a

TVE – essa um canal aberto. No entanto, informações sobre a audiência regular do Canal Futura são extremamente importantes ao nosso propósito de formação.

Além de ser um canal de TV 24 horas no ar, a TV Futura reúne um público pouquíssimo comentado no debate sobre audiência televisiva. Hoje o Futura tem um público cativo de aproximadamente 20 milhões de pessoas, incluindo o sistema NET/SKY e a Banda C (parabólica convencional). Só na parabólica convencional, considerando a população acima de 12 anos, 14,8 milhões de pessoas têm o hábito de assistir ao Futura. A conquista e expansão para os chamados sinais abertos e estados do Pará, Paraíba, Pernambuco e algumas regiões dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul expandem a audiência para um público de 48 milhões de pessoas.

Na audiência com a utilização de antenas parabólicas (público acima de 12 anos de idade), o perfil é formado essencialmente por jovens com idade entre 12 e 24 anos (36%) e por adultos com idades entre 25 e 40 anos (39%). Na média, a audiência é formada por um público de 33 anos de idade. Quanto à classe social, o perfil do Futura é predominantemente formado por classes C/D (66%) e o sexo bem distribuído entre masculino e feminino.

Ainda sobre o público com a posse de antena parabólica importa mencionar que esse vem crescendo nos últimos anos, passando de 7 milhões em dezembro de 1999 para 10 milhões de domicílios em outubro de 2002. Entre

possuidores de antena parabólica, a TV Futura ocupa a oitava posição no ranking de hábito de assistir, e a sétima posição no ranking de conhecimento, à frente da TV Escola, Rede Mulher, Rede Família, CNT Gazeta e TVE Brasil. A parabólica convencional exibe 19 canais em todo o Brasil.

A rede de audiência dirigida do Canal Futura é, igualmente, um universo pouco mencionado em sua abrangência. Neste caso, trata-se de um conjunto de instituições cadastradas que, na linguagem da instituição, compõem a sua rede de mobilização social e são alvo de ações presenciais especialmente planejadas para melhor aproveitamento do conteúdo educacional e cultural exibido pelo canal. Essa audiência dirigida é composta de 9.553 escolas públicas; 42 presídios; 79 hospitais e centros de saúde; 38 universidades, 18 bibliotecas, 205 creches, 212 organizações não-governamentais, 823 associações de moradores, 34 empresas e 184 postos de serviços públicos – totalizando 11.188 pontos de recepção dirigidos em todo o território nacional. Estima-se que, diariamente, mais de 1,5 milhão de pessoas têm contato com a programação, apoiada pelas ações da mobilização comunitária.

Em pesquisa realizada em dezembro de 2000 sobre a utilização do canal, 56% dos entrevistados pela Central de Atendimento do Canal alegaram que usavam a programação com objetivo educacional e 64% declaram ter havido ampliação do conhecimento. No que tange as ações de formação de educadores, relatório informa que mais de 380 mil educadores das cinco regiões já foram capaci-

tados para tirar o máximo proveito da programação exibida pelo canal.

Enfim, com uma audiência com esse perfil e esse grau de abrangência todos os engajados no desenvolvimento do Projeto se sentem particularmente desafiados a transmitir os conteúdos sobre a história da África e história da população negra no Brasil com o máximo de seriedade, inovação estética e conceitual.

Os apoios institucionais

Chegar a essa concepção de Projeto é uma história especial, algo para ser contado em breve. Resistências e superação, encantamento, desafio e ousadia até agora – caminhos seguramente novos e de aproximação ainda não trilhados. Cada um dos seus integrantes dando o melhor de si em cada etapa de negociação – exatamente um ano de longo e cuidadoso trabalho.

Como um projeto nascido na combalida cidade do Rio de Janeiro, é honroso mencionar a compreensão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em acreditar que este era um projeto nacionalmente importante e empenhar-se junto à estatal Petrobras para que o apoiasse financeiramente. Hoje o Projeto "A Cor da Cultura" é, de fato, um projeto de parcerias que agregam preocupações da sociedade civil, experiência do setor privado de comunicação e agentes públicos. O tempo e o trabalho desenvolvido dirão o quão eficientes conseguimos ser neste novo caminho.

** Historiadora e pesquisadora*

Nova África do Sul procura Cinema realmente Novo

Filmes exibidos na mostra Foco África do Sul, durante o 7º Festival do Cinema do Rio de Janeiro, entre 23/9 e 7/10, rompem com “estatuto colonial” de produção de imagens e ajudam espectadores a ter visão mais viva do conflito racial no mundo contemporâneo. Já publicidade brasileira, retrógrada, chuta bolas fora...

Lunde Braghini*

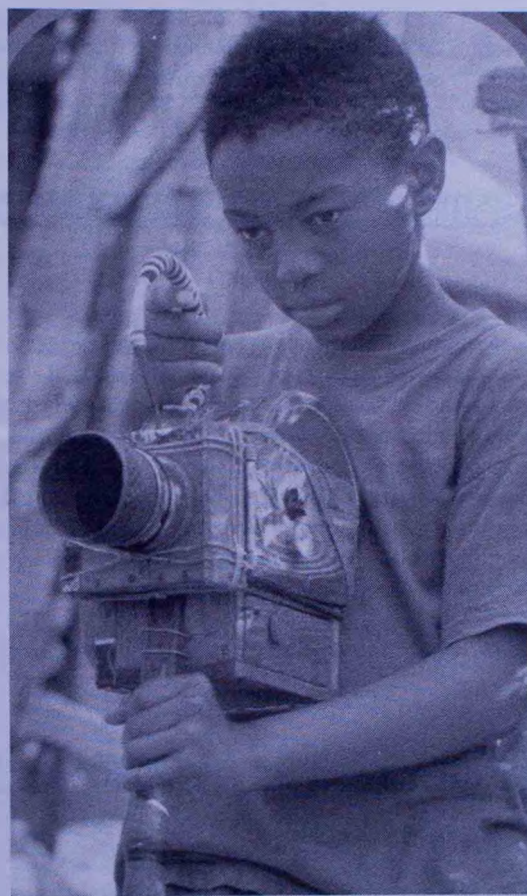
Por seu ímpeto construtivo, o cinema da Nova África do Sul, país especialmente homenageado no Festival do Rio, em comemoração aos dez anos de derrota do apartheid, parece passar por um processo semelhante àquele que marcou a ascensão do Cinema Novo no Brasil. Aqui, nos anos 60, havia a nítida impressão, entre os cineastas brasileiros, de que “fazer cinema” era também ajudar a “fazer” o próprio Brasil.

A diferença fundamental está em que, no Brasil, quase desde sempre, os gestos de “independência” ou “descolonização” culturais estiveram acumpliciados com a reprodução do status quo racista. Uma posição, de partida, contraditória; já que, em sociedades como as nossas, o racismo é a pedra-de-toque da “sobrevivência social” do mundo que a colonização criou.

No caso da África do Sul, encontram-se marcas auspiciosas de uma cinematografia realmente nova, que encontra lugar e papel num país que proclama levar a sério a missão de reconstruir-se multirracionalmente, inventariando e combatendo o impacto, de longa duração, da escravidão, do colonialismo e do racismo.

Uma declaração de Teddy Mattered, diretor da comédia *Max & Mona*, em entrevista a Rodrigo Fonseca, no site do festival (confira DICAS), talvez resuma tudo: “Por muito tempo, os diretores do meu país, todos brancos, faziam comédias para rir de nós negros. Éramos motivo de piada para eles, que ainda ganhavam muito dinheiro com isso. Agora, somos nós que rimos de nós mesmos. É uma outra história, de uma outra perspectiva”.

A mostra – Ao todo, foram 19 filmes sul-africanos contemporâneos, feitos entre 2002 e 2004, sendo 7 longas metragens de ficção, 2 documentários de longa metragem, 2 curtas de ficção (na verdade, episódios do seriado de TV *Yizo Yizo*) e 8 documentários de curta metragem. Também foram exibidos *Os desertados* (1951), do cineasta inglês Zoltan Korda, e *Levante*,



África (1959), do cineasta norte-americano Lionel Rogosin, um “docudrama” – docu-mentário com elementos de ficção – filmado clandestinamente em Johannesburgo.

Envolventes, todos os longas de ficção são filmes, para usar o lugar comum (sempre estereotipado), na linha da “estética do perfeito”: sem “câmera tremida”,

bem “acabados” e com narrativas que têm começo, meio e fim bem inteligíveis. A competência da fotografia digital tem sido muito elogiada (confira DICAS). Curadora da mostra, juntamente com Themba Sibeko, a inglesa Vik Birkbeck, radicada no Brasil desde os anos 80, destacou a atuação de Giulio Biccari, que fotografou *O Perdão*, *Terra Prometida* e *Proteus*.

Já parte expressiva dos documentários de curta metragem é vazada pelo espírito de “uma câmera na mão e uma idéia na cabeça”, do “cinema imperfeito”, que marcou o “cinema da utopia”, nos anos 60. Com duração de 40 a 48 minutos, os documentários do projeto “Dez Histórias Reais da Nova África do Sul” foram responsáveis por momentos altos do festival.

Efeito “didático” – Em conjunto, as ficções e os documentários ajudam o espectador brasileiro a ter uma visão mais viva do campo de forças que atuou na

edificação e na destruição do *apartheid*. Sinais mais ostensivos do discurso e da prática racistas, de ontem e de hoje, estão em *Proteus*, *Drum*, *Sophiatown*, *Levante*, *África*, *Terra Prometida*, *A Câmera de Madeira*, *Cinderela da Cidade do Cabo*, *Cera Quente*, *Quero Ser Pavarotti* e *A Celebração*.

As marcas de uma proposta mais integradora e construtiva, às vezes estão presentes nos mesmos filmes mencionados acima, pois surgem mais explicitamente em *Drum*, *Sophiatown*, *Cinderela da Cidade do Cabo*, *Soldados da Pedra*, *Max & Mona*, *Yizo Yizo*, *O perdão*, *A história de Solly*, *Com meus filhos e Através dos olhos de minha filha*.

Como peças de um dominó, que vão se conjugando, as ficções e os documentários contêm informações que nos familiarizam tanto com símbolos de opressão, como a Ilha de Robben, quanto com símbolos de utopia, como *Sophiatown*.

Símbolos – Foi na Ilha de Robben que Mandela foi encarcerado, em 1964. Com *Proteus*, ficção baseada em uma história real de racismo e homofobia, o espectador “desembarca” nesta ilha, já então uma prisão, em

1725. E, com *A Celebração*, volta à mesma (agora um museu), quando, em 2003, cercado de parentes, o ex-presos político Siphon Ningwisa revisita o local em que, ele e outros, igualmente presos em idade precoce, tiveram que ser clandestinamente circuncidados, à época de seu rito de passagem à idade adulta.

Nelson Mandela é uma das personalidades marcantes cujos depoimentos pontuam o documentário *Sophiatown*, de Pascale Lamche, que funciona também como um musical empolgante, que lembrou a muitos o antológico *Buena Vista Social Club*, filme de Wim Wenders com talentos

da música cubana. Ceilero de talentos e de criatividade, o bairro multi-racial de Sophiatown, nas cercanias de Johannesburgo, representava, na década de 50, a antítese de tudo o que desejava o *apartheid*.

Atraindo a ira racista, Sophiatown foi destruída à força, num processo que começou em 1955 e terminou quando os brancos ergueram, em seu lugar, um bairro chamado Triunfo. "Ao destruir Sophiatown", disse uma testemunha do processo, "não queriam derrubar uma cidade, mas um ideal".

O fulgor da vida noturna, boêmia e intelectual em Sophiatown é reconstituído no filme *Drum*, dirigido por

um ex-guerrilheiro, Zola Maseko, para contar a história do jornalista negro Henry Nxumalo. Denunciando as injustiças sob o regime do *apartheid*, com reportagens investigativas, na revista *Drum*, na década de 50, o jornalista fez história.

Em determinado momento, por exemplo, Nxumalo intencionalmente fez-se prender, para vivenciar e testemunhar a agressão no interior das prisões racistas, onde os negros – presos, muitas vezes, por motivos os mais banais, como andar na rua sem "passaporte" ou fora de horário estabelecido – eram obrigados a imitar macacos.

Bolas fora – O esforço racista de construir representações para "desumanizar a fundo" teve, desde muito cedo, a mão da "ciência colonizadora" praticada pelos europeus. Ao assistir a *Proteus*, ficção sobre homofobia e racismo, no séc. XVIII, o espectador dá-se conta de que Lineu, o cientista alcunhado de "pai da nomenclatura científica" – como se aprende, ao começar a estudar biologia, no ginásio – também inventou de classificar os seres humanos, apontando os negros entre as "subespécies monstruosas", o que desperta sonora e catártica gargalhada, no protagonista negro do filme.

Na mesma linha, é bom que se frise, a Espaço/Z,

agência de propaganda do Festival do Rio 2004, produziu peças de ostensivo exclusivismo etnocêntrico, veiculadas na tela e impressas no catálogo e nos impressos de propaganda. À exaustão, foram exibidos, antes de cada sessão do Festival, um filmete da Espaço Z, em que brancos curtem a praia, secundados por um vendedor de bolas negro; e, também, uma publicidade da Petrobrás, em que frentistas negros alegremente servem à família branca que abastece seu carro de passeio. Exemplo do que se faz num Brasil com brás de brancos.

*Jornalista (DF)



"São filmes que infelizmente talvez a gente não tenha a oportunidade de ver de novo. Uma pena. Eu queria que muita gente tivesse tido a oportunidade de estar vendo isso, também; de estar discutindo as coisas que nós temos discutido; e até de estar fazendo este olhar assim, para dentro da gente mesmo, de estar buscando as nossas raízes. Mas uma crítica que quero fazer é sobre a propaganda do Festival. Que é terrível! O único negro que aparece é um vendedor de bolas. Os outros que aparecem, na propaganda de uma empresa estatal, são os frentistas. Quem está dirigindo o carro é aquela família branca "ideal", com dois filhos, um menino e uma menina. Outra crítica é sobre a programação das "lonas culturais", que só ofereceu ao público popular filmes que já são ou podem ser vistos por ele. Por que não passam outros filmes, que essas pessoas nunca vão ter a oportunidade de ver?"

Jeniffer Oliveira (Estudante de Pedagogia e coordenadora do curso pré-vestibular da Mangureira)

"Gostei muito de *A Celebração* (fantástico!) e de *Eu quero ser Pavarotti*, que é de uma energia positiva impressionante: os meninos põem o desejo (de cantar) que eles têm. A única referência que eles têm é Pavarotti, poderia ser qualquer outro. E o que me chamou a atenção foi a presença, ainda, de uma violência muito grande em relação à comunidade negra. O *apartheid* "mudou de foco". A questão econômica passa a ser o elemento principal, mas por trás dela há a questão racial. *A Celebração* foi muito bom, no sentido de que mostra uma visão diferente, questionadora, em relação à circuncisão. Nem todas as pessoas acham que deva haver circuncisão, não é? Isso, em relação aos homens, pode até ser saudável, previne doenças etc. Mas, em relação às mulheres, não é circuncisão. Na verdade, elas são "castradas". É uma destruição do prazer feminino."

Jurema José de Oliveira (Professora primária, universitária e pós-doutoranda em Literatura Africana na UFF)





"Eu achei a mostra muito interessante, principalmente porque eu assisti à vida cotidiana da África do Sul. Vi as cidades; bastante coisa do *apartheid*. *Sophiatown* mostrava um bairro pobre da África do Sul, mas uma sociedade culturalmente rica. Com o *apartheid*, os negros perderam até este espaço, foram tiradas desse lugar e lá surgiu um outro bairro, chamado Triunfo, um bairro branco. Esse filme foi muito bom, também, porque pude ver a Miriam Makeba, bem mais velha, cantando; em *Levante, África*, ela, jovem, também canta. Pena que *Sophiatown* não vai passar de novo, na repescagem do Festival. Gostei muito também de *A história de Solly*, que mostrou a luta de uma pessoa pobre, que chegou a um lugar de destaque. Assisti, agora, à *Cera Quente*, que fala de uma mulher negra empreendedora, dona de um salão, desde o tempo do *apartheid*, o que salienta o seu esforço."

Sílvia Maria Fernandes (Funcionária do Tribunal Regional do Trabalho)



"Assistindo à Mostra, a gente começa a perceber o quanto a nossa realidade é parecida. Junto com outros filmes, a gente pôde ver como é a vida dos negros, e da mulher negra, em particular, no mundo inteiro. A gente acaba "se vendo", de uma maneira geral, sendo retratada num outro país. Outra coisa que me chamou muito a atenção é uma maneira de manter a cultura. Mesmo estando distante, a pessoa tem que voltar para cumprir seu papel dentro de sua cultura. A gente não tem essa coisa de manter a tradição, de ter esse ritual tal, que é para isso e por isso... Lá é bem marcado. Aqui, de uma maneira geral, quem não participa do contexto de uma religião afro-brasileira, acaba não o tendo. O lance da comida me chamou também a atenção. De como se reúnem em torno da comida. Do fazer e chamar todo mundo para participar daquele momento. Isso a gente ainda tem um pouco."

Adriana dos Santos (Estudante de Arquivologia e coordenadora do pré-vestibular da Mangueira)



Filmes e diretores da Mostra

Longas de ficção: *O Perdão*/Ian Gabriel (nascido em 1951); *Drum*/Zola Maseko (n.1967); *Proteus*/Jack Lewis (n.1955) e John Greyson (Canadá,n.1960); *Terra Prometida*/ Jason Xenopoulos; *Soldados da Pedra*/ Norman Maacke (n.1978); *A Câmera de Madeira*/ Ntshavheni Wa Luruli (n.1951); *Max & Mona*/ Teddy Mattera; *Os deserdados*/Zoltan Korda (n.1895-m.1961)

Ficção de curta metragem: *Yizo Yizo*/ Teboho Malatsi (n.1972), *Angus Gibson* (n.1957) e *Andrew Donsunmu*

"Docudrama" de longa metragem: *Levante, África*/ Lionel Rogosin (n.1924-m.2000)

Documentários de longa metragem: *Memórias da Chuva*/Gisela Albrecht (n.1941) e Angela Mai (n.1938); *Sophiatown*/ Pascale Lamche

Documentários de curta metragem: *Cinderela da Cidade do Cabo*/ Jane Kennedy; *Cera Quente*/ Andrea Spitz (n.1965); *Quero ser Pavarotti*/ Odette Goldenhuys; *A Celebração*/ Gilian Schutte e Siphos Singwisa; *Com Meus Filhos*/ Khulile Nxumalo (n.1971); *A História de Solly*/ Asivanshi "Asi" Mathaba (n.1976); *Entre Duas Realidades*/ Kethiwe Ngcobo (n.1964) e Minky Schlesinger (n.1953); *Através dos Olhos de Minha Filha*/ Zulfah Otto Sallies (n.1961)

DICAS, para conhecer outras opiniões e informações: 1) www.festivaldoriorio.com.br (entrevistas com Teddy Mattera, dir. de *Max & Mona*, e Norman Maacke, dir. *Soldados da Pedra*; apreciações sobre *A Celebração*, *Terra Prometida*, *O Perdão* e *Drum*; fotos e outras matérias); 2) www.zetafilmes.com.br (sobre *Max & Mona*); 3) www.criticos.com.br (sobre *A Câmera de Madeira*); 4) www.cinemaemfoco.com.br (sobre *O Perdão*); 5) Folha de S. Paulo/27set2004 (sobre *A Câmera de Madeira*, *Yizo Yizo*, *A Celebração*, *Quero ser Pavarotti*)

53



CINEMA



“A história do Brasil é uma história de massacre da alma negra”

Joel Zito Araújo, diretor do consagrado documentário A Negação do Brasil, fala sobre seu primeiro longa de ficção: As filhas do vento

Fernanda Felisberto*

IrohIN: Como nasceu o roteiro de “As filhas do vento”?

Joel Zito: Por incrível que pareça eu perdi o fio de como este roteiro apareceu na minha cabeça (risos). Eu lembro que a primeira vez que eu apresentei este argumento, foi para o fotógrafo do filme “A Negação do Brasil”, Adrian Cooper. Nós tínhamos acabado de filmar no Rio de Janeiro, e voltávamos para SP de carro e eu contei, durante o retorno, esta história que estava na minha cabeça. É importante recuperar isto, pois eu tinha acabado de gravar os depoimentos com as atrizes, Lélia, Ruth, Zezé e Ceiza. Em algum momento surgiu a história das duas irmãs.

Basicamente o argumento é isto, eu queria confrontar o universo de duas mulheres negras. Uma bem sucedida profissionalmente e, recuperando as dificuldades do ator negro na televisão brasileira, com o outro mundo, o da Ju (Leia Garcia) que é o mundo muito próximo da minha mãe, embora ela não seja auto-biografia da minha mãe. Eu juntei estes dois mundos, os das atrizes com que eu convivo diariamente, com este outro, que eu conheço pela família.

IrohIN: A partir dos dilemas universais das relações familiares, que você retrata no seu filme contextualizado em um espaço negro, este filme tem “endereço” ou é um filme para todas(os)?

Joel Zito: No último domingo eu via a crítica do Globo, em uma coisa ele acertou, que este filme fechava o ciclo sobre a questão do negro na televisão, este mundo tão fortemente estabelecido.

O conjunto dos meus trabalhos, tem uma preocupação constante de fortalecer uma identidade positiva e, olhando o meu universo familiar e de outras pessoas muito próximas a mim, a questão da identidade ainda é um tema a se trabalhar muito. Nós vivemos em um espaço que massacra muito nossa identidade. De certa forma eu vinha pensando em estrear na ficção com uma história que fosse um pouco de bálsamo para a nossa alma. Os meus trabalhos tentam dialogar com estas feridas da nossa alma. Então o filme tinha estas direções, o mundo branco, das nossas feridas e falar da redefinição entre nós mesmos.

Como artista eu tenho a liberdade de dizer que nós estamos muito magoados,

nós temos a alma muito machucada. Nós, afro-descendentes. E temos razão de ter. A história do país é uma história de massacre da alma negra. Essa nossa luta de direitos, passa por nós mesmos sermos capazes de cicatrizar as feridas.

De certa forma, se a linha inicial do filme começa por esta família que vive naquela cidadezinha, que tem um ser imaginário muito tolhido, por esta escravidão que não acabou inteiramente, é porque eu acho que tem uma parcela de negros que ainda não acordou inteiramente. Eu pensei em um filme voltado para grande audiência, que pudesse comunicar com estas almas feridas, que pudesse mexer um pouco com estes que tem problemas com a identidade.

IrohIN: Uma das cenas marcantes do filme são as cenas de sexo entre negros, realizadas de forma bonita e respeitosa, algo tão pouco comum no universo brasileiro. Além de Orfeu você tem lembrança de outros filmes com cenas de romance entre negros?

Joel Zito: De filmes brasileiros eu não tenho não. Mesmo porque aqueles que me antecederam, estavam

muito dentro do contexto da ideologia do branqueamento, são filmes marcantes, como o filme do Zózimo, clássico dos anos 70. *Compasso de Espera* é uma história de racismo, mas é um romance de um publicitário negro com uma mulher branca. O filme do Pitanga a mesma coisa.

Um filme que eu acho que tem uma série de qualidades, apesar da forte crítica que eu tenho, é Chica da Silva, com a Zezé Mota. Ele reverte a situação do ponto de vista da sexualidade da mulher negra, já que nos 70 era a mulata o objeto de desejo, o que remete aquela frase clássica terrível: a negra para trabalhar, a mulata para transar e a branca para casar. A Zezé ali restabelece a mulher negra como ícone sexual, mas na relação com homens brancos. Mas eu não tenho nenhuma outra lembrança.

IrohIN: E a reação do público com o filme?

Joel Zito: A reação tem sido a mesma, em todos os lugares que passei, na noite de gala do Festival Rio 2004, em Gramado, em Nova York e neste último caso, o público fundamentalmente era negro e as pessoas tiveram o mesmo en-



cantamento com o filme, é super-energizante. Este filme foi selecionado para um festival internacional, em Cape Town, na África do Sul, no mês de novembro e vamos para a Índia também.

IrohIN: Quanto tempo de produção e gravação do filme?

Joel Zito: Foram cerca de dois anos e meio entre o argumento e o filme pronto na lata. Foi rodado em dois meses. Não foi o período contínuo, pois parei um ano buscando financiamento. Na última cena do filme por exemplo, que acontece na igreja, eu não tinha mais dinheiro, foi um take único, não podia ter erro (risos). Mas o melhor de tudo foi a paixão de todas(os) envolvidos no processo do filme, salvo o departamento de marketing de algumas empresas.

IrohIN: Sobre a equipe técnica, já está sendo possível montar uma equipe de negros?

Joel Zito: Nós temos uma carência muito grande, pois o topo da área de cinema é muito competitivo, exige uma boa experiência. Eu queria envolver profissionais de experiência que não me sobrecarregassem,

já que este é o meu primeiro longa de ficção, eu já estou no meu 25º filme. Eu trabalhei com o cuidado de escolher pessoas que eu não precisasse ocupar o lugar dela. Eu fiquei muito preocupado de oferecer estágio e experiência para profissionais negros, tanto que meu filme teve doze estagiários negros. Eu não conheço ainda nenhum diretor de fotografia de ponta negro no Brasil. Eu tinha uma expectativa enorme depois de *A Negação do Brasil*, eu queria acertar com este filme e não queria correr risco. Eu não trabalho com a idéia de ter uma equipe técnica negra por obrigação, mesmo porque eu gosto de trabalhar com a equipe técnica com a multirracialidade, a única coisa que eu não admito é trabalhar com um profissional que não tenha compreensão da questão racial, o que pode se transformar em um cotidiano racista ao longo do processo.

Irohìn: E falando de racismo, o que você pode falar do ocorrido em Gramado?

Joel Zito: O racismo é um elemento forte do inconsciente coletivo brasileiro, mesmo aqueles que acham que não são têm um enorme perigo em situação de confronto de usar o racismo como vantagem, em relação ao adversário. O que aconteceu em Gramado eu não posso dizer que o presidente do júri é racista, mas ele se assustou depois do que aconteceu e principalmente com as reações. Eu acho que é a grande mutação do que está ocorrendo no Brasil, nós já temos uma nova geração de afro-brasileiros, que já estão mais preparados para enfrentar esta questão, do que a geração dos anos 70, e eu espero que estas pessoas ainda possam se assustar ainda mais com a

gente e muito mais rapidamente (risos).

Irohìn: O que mudou de *A Negação do Brasil* até hoje?

Joel Zito: Eu acho que está mudando. A indústria do entretenimento e da publicidade está atenta. Comete estas bobagens, como no Festival do Rio, com a vinheta péssima da Petrobrás. Em nenhuma outra sessão o público reclamou como na nossa sessão. É só olhar a publicidade do



meu filme na grande mídia. As pessoas conseguem identificar a beleza dos atores no filme, mas não fazem uma matéria.

Irohìn: Sobre a questão das cotas para afro-descendente no âmbito de financiamentos esta discussão já existe?

Joel Zito: Tem coisas acontecendo, por exemplo a Palmares lançou um edital, é um orçamento justo, mas é uma iniciativa. Mas o cinema independente no Brasil está se matando por estas verbas institucionais. O que acontece é que o Ministério da cultura tem uma verba muito baixa para isto também. Nós temos muita dificuldade neste momento

de brigar por este quinhão do dinheiro do Estado para assegurar produções dos afro-descendentes.

A minha estratégia é que temos que influir na constituição dos júris que avaliam os trabalhos, para termos representantes nosso em todos estes tipos de jurados, aí sim teremos questionamentos internos, o que possibilitará uma presença mas marcante nossa. Temos que estar no topo das

decisões. Assim como no corpo de direção das estatais, TVE e TV Cultura, para termos um olhar nosso na elaboração destes programas. Enquanto não chegarmos nestes pontos de decisão e de comando, estaremos fora.

Nós temos que brigar pelo quinhão das cotas sim, afinal de contas são nossos impostos. Isso eu vivi na captação de recurso das *Filhas do Vento*. Conversei com vários diretores que gostaram do projeto e quando encaminharam para o departamento de marketing as pessoas que gerenciam o departamento criaram vários obstáculos. Esta máquina é muito poderosa nós temos que estar conscientes que

o poder no Brasil, não funciona nem a partir dos critérios de justiça do ponto de vista político social, nem de qualidade. A meritocracia não é o valor dominante. A rede de amizade, influência e de poder normalmente está com os filhos dos poderosos e com os poderosos. Eles que acabam ficando com a melhor fatia. Eu sou absolutamente favorável a cotas em qualquer campanha, mas a

verdade é que se não estivermos lá no momento da decisão, não adianta nada!

Irohìn: E sobre a distribuição, quando *Filhas do Vento*, entrará em cartaz?

Joel Zito: A distribuição é a última torre a ser conquistada, pois o momento da distribuição é uma conversa comercial. As distribuidoras que colocam dinheiro em marketing, elas só colocam quando acreditam que o filme possa vender e, elas trabalham com a concepção de que o povo negro não frequenta cinema. O que não é mentira. O cinema no Brasil depois dos anos 80 se tornou um cinema de classe média, já não é mais um cinema de mul-

tidões, em que os grandes campeões de bilheteria eram Grande Otelo e Oscarito; o cinema atual é de shopping, como é possível uma família pagar R\$ 14,00 para ver um filme? É por isto que a televisão é tão popular no Brasil.

O que eu tenho participado como ativista, dentro dos fóruns de cineastas, é que tenha uma distribuição democrática de um tempo de publicidade em todos os canais de tv dos filmes brasileiros. Quando *Filhas do Vento* for lançado e eu conseguir garantir durante duas semanas 30 segundos diários, com certeza vai aumentar o público do filme, mas se eu não conseguir dinheiro para a publicidade, ou interesse de um patrocinador ou distribuidor, possivelmente se tiver muito sucesso o filme terá 150.000 espectadores.

Eu acho que depois de Gramado, e o buxixo do filme, isso vai ajudar. Agora em novembro eu estou aceitando convites para exibir o filme em cada uma das principais cidades do Brasil, para deixar o boca a boca, para que no momento que ele entrar nas salas de cinema, que eu espero que seja em fevereiro do próximo ano, garanta-se um bom público. E também vou trabalhar com as entidades negras e as ONGs em geral. Vou trabalhar exibições populares do filme, por exemplo, agora em novembro eu estou acertando com Netinho de Paula e a SEPPIR, uma exibição lá em Carapicuíba, bairro do Netinho. E isto para mim será uma forma de devolver o filme ao nosso povo.

* *Fernanda Felisberto é professora da Pós Graduação de História da África e do Negro no Brasil da UCAM (CEAA-Centro de Estudos Afro-Asiáticos) e coordena o Afirma Publicações.*

Cia dos Comuns se apresenta no Municipal

Às vésperas de a Companhia dos Comuns se apresentar no Teatro Municipal (RJ), numa homenagem a Abdias do Nascimento, nos dias 18 e 19 de novembro, Hilton Cobra retomou o fio da meada que liga o grupo ao histórico Teatro Experimental do Negro

Hilton Cobra*



Foto: Carlos Moura

Louvando a terra e invocando Exu, a Cia dos Comuns iniciou sua trajetória pela dramaturgia e pelos palcos, em direção a milhares de brasileiros "comuns", assim buscando responder ao inconformismo com a ausência do negro dos palcos brasileiros e com a inexistência de uma companhia de teatro negra no Rio de Janeiro.

Inconformismo que me lançou, em 1990, na criação da Companhia dos Comuns. Uma jornada difícil, mas absolutamente enriquecedora e prazerosa, movida pela necessidade de se instituir, no atual cenário cultural brasileiro, uma companhia de teatro negra. Uma companhia formada por atrizes e atores negros, conscientes da sua condição de artistas-cidadão, que mergulhassem fundo na busca de um certo tipo de dramaturgia, de música e de dança tão ausentes da cena teatral brasileira; que utilizassem seu ofício para contribuir na construção de uma cidadania plena e justa; que fizessem com que a gente comum brasileira, cuja maioria é negra, se visse refletida no palco, através da sua cultura e de seu cotidiano e, assim, pudesse, essa mesma gente, sair do teatro enriquecida, encantada, seduzida, indignada, informada e, portanto, fortalecida.

Foram dez anos entre a idéia e a sua realização, em meio a penosas buscas de patrocínio e a resistências veladas de alguns, para, enfim, em 2001, poder dar o pontapé inicial e girar "capoeiramente" *A Roda de Mundo*. Neste primeiro espetáculo da Comuns, o jogo da capoeira é o fio condutor de histórias sobre a luta da comunidade negra



pela sobrevivência, dentro de uma estética onde o gesto, a dança e a música imprimem um significado especial à cena.

Ao mesmo tempo, fora do palco, a Companhia realizou um seminário nacional sobre a presença do negro no teatro brasileiro; oficinas para atrizes e atores negros nos campos da interpretação, figurino, dança afro, preparação corporal, música e percussão.

De *A Roda de Mundo* para *Candaces - A Reconstrução do Fogo*, o segundo espetáculo, foi um pulo. Com os princípios da Companhia mais consolidados e o nosso trabalho de interpretação mais amadurecido, *Candaces* pôde alçar novos vãos marcados pela beleza das mulheres guerreiras que ocupam a cena e pelo retrato fiel da bravura cotidiana da mulher negra brasileira. *Candaces* é um mergulho no universo feminino, destacando a riqueza, os percalços e os avanços que marcam a trajetória

das mulheres negras e suas contribuições políticas, culturais e sociais. Lélia Gonzalez, em 1994, semanas antes de partir para outros horizontes, me apontou a necessidade deste espetáculo como uma homenagem às mulheres.

Em 2003, *Candaces* ganhou, no Rio de Janeiro, o Prêmio Shell de Melhor Música, tendo sido recordista em indicações: Direção, Figurino e Categoria Especial/Coreografia. Foi também eleito por *O Globo* e *Jornal do Brasil* como um dos dez melhores espetáculos do ano.

Agora, vamos partir para uma outra empreitada audaciosa: apresentar *Candaces* nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, a Cia dos Comuns estará apresentando homenagem ao ex-Senador Abdias Nascimento, pelos seus 90 anos de vida e dedicação às causas negras, e à antropóloga Lélia Gonzalez, militante máxima dos

movimentos negro e de mulher, rememorando os dez anos de sua partida.

Nossa intenção é repetir o feito pioneiro do nosso amigo e grande incentivador Abdias Nascimento que, com o seu TEN – Teatro Experimental do Negro, em 08 de maio de 1945, Dia do Armistício, levou ao palco do Municipal o primeiro grupo de atores negros, com o espetáculo "O Imperador Jones", de Eugene O'Neill. Vale ressaltar que da década de 40 para cá só temos informação de dois outros espetáculos teatrais com elenco afro-brasileiro apresentados no Municipal: em 1995, "Orfeu da Conceição", de Vinicius de Moraes, dirigido por Haroldo Costa e, em 2003, "Oferenda 13", da Cia Étnica de Dança e Teatro, dirigido pela incansável Carmen Luz.

Os tambores do futuro já anunciam novos projetos: *A Conferência dos Orixás*, nome provisório da terceira montagem da Companhia, que estréia em maio de 2005; a publicação do livro *Memória Fotográfica do Teatro Negro do Brasil*; e a realização de um festival de artes cênicas relacionado à cultura negra.

E, assim, a *Comuns* vai desenvolvendo um teatro empenhado na formação e no exercício da cidadania de mulheres e homens negros, sem perder de vista o caráter multirracial da sociedade brasileira. E sem perder, sobretudo, a dimensão absolutamente dinâmica e integradora da cultura negra na diáspora.

Esta é a *Comuns*. Mais que um desafio, um imperativo histórico e cultural.

* Dramaturgo

Guerreira queniana ganha Nobel da Paz

Primeira mulher africana a conquistar o título universitário de doutora, em 1971, pela Universidade de Nairóbi; presidenta do Conselho Nacional da Mulher, de



1976 a 1987, fundadora, em 1977, de uma organização ambientalista chamada Cinturão Verde; e deputada eleita, em 2002, na redemocratização do Quênia, Wangari Maathai tornou-se agora mundialmente conhecida, após ganhar o Prêmio Nobel da Paz de 2004. Segundo os premiadores, "a abordagem holística do desenvolvimento sustentável", feita por Maathai, "envolve a democracia, os direitos do homem em geral e os direitos da mulher em particular". O perfil da guerreira, que se desenhava no combate encetado em frentes de luta tão diversas e "pós-modernas", corre hoje o mundo e deixa boquiabertas as pessoas que se surpreendem com saber que os países africanos, que têm os mesmos problemas de nossa contemporaneidade, produzem lutadoras e pensadoras vigorosas, cuja existência a tradição eurocêntrica só pode acatar com um "espanto" grande e bobo.

Fundo já pode?

No mês de Zumbi, quem contava ingenuamente com algum esforço, da parte do Governo Lula, de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ficou a ver navios. Ganhou mais, quem, desenganado, ficou a ler os jornais.

Nada melhor, para nós, que ficarmos muito atentos à tramitação, na Câmara dos Deputados, do Estatuto do Desporto. Autoridades do Ministério do Esporte reconhecem que só um fundo robusto permite investimento consistente na formação do esporte de base. Para tanto, o Estatuto do Desporto prevê, no capítulo IV, a criação de um Fundo de Promoção do Desporto Educacional e de Base (Fundesporte).

Como se pode ler na Folha de S.Paulo, de 11 de novembro, o dinheiro poderá vir de um imposto sobre os contratos do esporte brasileiro. A União ficará com 5% de todas as receitas obtidas pelos clubes e confederações por meio de patrocínios, parcerias e venda de direitos de transmissão de TV. Esse dinheiro será repassado para o Fundesporte.

Nada demais, nisso. Afinal, política pública se faz com dinheiro; não no gogó e na publicidade.

Como verberamos no Ìrohìn, em nosso número anterior ("Estatuto na pauta da Câmara"), no caso do Estatuto da Igualdade Racial, o governo não aceita o capítulo que cria o Fundo da Igualdade Racial. Acha mesmo que estamos brincando de fazer política.



Na hora H, governo erra o dia D



Para o Governo Lula, o 20 de Novembro é o Dia Nacional de Combate à Dengue, segundo a campanha lançada pelo Ministério da Saúde, na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, principal data cívica do país.

Alguns ainda esperavam uma campanha nacional de combate ao racismo e às desigualdades raciais. Outros, mais otimistas ainda, esperavam a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, emperrado no Congresso pela irresponsabilidade do próprio governo.

Mas veio a dengue, e o mosquito transmissor da doença ficará conhecido também como devorador da "transversalidade", um conceito muito utilizado na retórica dos membros da Seppir.

Os recursos orçamentários para tratamento de água e esgotamento sanitário não são liberados. É assim que se combate a dengue. São liberados, em contraposição, os recursos da publicidade. O ministro que deveria reclamar da ausência de recursos para água e esgoto só é notícia quando anda de bicicleta na Esplanada.

Dominados também pelos marqueteiros, os representantes do primeiro escalão toparam esvaziar o 20 de Novembro e mobilizar o país para caçar mosquito. Cubra caixas d'água, tonéis e pneus. Mas não deixe o rabo de fora, como fez o Governo Lula. (ELC)

Indicadores Sociais

O Ìrohìn estará promovendo, no próximo dia 30 de novembro, em sua sede em Brasília, um curso sobre leitura de indicadores sociais para jornalistas negros e colaboradores do jornal. O curso será ministrado por Rafael Guerreiro Osório, técnico do Centro Internacional de Pobreza, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Noções de estatística descritiva e análise da tabela da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE/2003 são os conteúdos, com duração de oito horas. O Ìrohìn se prepara para a pauta da edição de dezembro/janeiro, que dará ênfase nos indicadores sociais da população negra.



Foto: Verônica de Carvalho Maia



Foto: Daniel Cardoso

Cartilha combate desigualdade racial com propostas concretas

Produção coletiva do movimento negro de Salvador é uma ferramenta aplicável em outros locais do Brasil no combate ao descaso governamental

Políticas Públicas de Inclusão e Promoção da Igualdade Racial para o povo negro da cidade de Salvador. Vários autores. Coordenação Editorial: Albertino Nascimento, Elias Sampaio, Ivonei Pires, Valdísio Fernandes. Salvador: Instituto Búzios, 2004. 38 páginas. Distribuição gratuita.

Daniela Luciana da Silva*

A atrocidade da omissão governamental, numa cidade de esmagadora maioria negra, é o principal alvo da Cartilha "Políticas Públicas de Inclusão e Promoção da Igualdade Racial para o povo negro da cidade de Salvador". Essa produção coletiva do movimento negro da capital baiana acerta o alvo de forma contundente e com gratificante eficiência, resultando num instrumento fundamental para gestores públicos e militantes do combate ao racismo em todo o Brasil.

A Cartilha é o registro de uma iniciativa inédita. Entre os autores e autoras, há profissionais de Ciências Sociais, Economia, Educação, Antropologia, esse grupo agrega religiosos, produtores culturais, arquitetos, sindicalistas, enfim, uma articulação que contempla a diversidade da militância negra organizada, além de entidades da sociedade civil, todos trabalhando voluntariamente.

O objetivo comum foi a construção de propostas de políticas públicas para a inclusão e promoção da

igualdade racial para o povo negro, no contexto da sucessão municipal de Salvador. Segundo a publicação, as ações governamentais devem ter como principais diretrizes inter-relacionadas: o combate ao racismo institucional, a promoção da igualdade racial e a valorização dos espaços negros. Em termos de gestão, a adoção destas diretrizes pressupõe que o orçamento é a peça-chave da intervenção, por meio da inversão de prioridades e da ativação de instrumentos capazes de assegurar a participação de todos na gestão municipal.

A Cartilha alerta para a vigência, mesmo numa cidade negra como Salvador, do racismo institucional. Tal realidade é palpável nas suas mais diversas dimensões (preconceito, discriminação por ignorância, por falta de atenção ou por estereotipia). Em outras palavras, a ausência da dimensão racial nas decisões e ações do poder público na cidade do Salvador, configura uma adesão institucionalizada aos mecanismos racistas que mantêm as pes-

soas negras fora das estruturas de poder e riqueza da cidade. Portanto, a principal questão a ser enfrentada é a adequada integração da dimensão racial em todo o processo de proposição, formulação, implementação e avaliação das políticas do governo municipal.

Para vencer os obstáculos colocados pelo Racismo Institucional, o documento indica que é preciso assegurar a transversalidade, de forma que a promoção da igualdade racial passe a constar como premissa, como pressuposto a ser considerado no conjunto das políticas de governo; também é necessário que se estabeleça a centralidade, como elemento voltado para a garantia da focalização das políticas municipais, sempre que as ações universais não cumprirem o seu objetivo de promoção da igualdade racial e, ainda, a vetorialidade, entendida como a orientação estratégica que deve permear todo o processo de proposição das políticas públicas municipais.

A Cartilha traz, ainda, indicativos de ações, a curto e longo prazo, que resultem em Desenvolvimento Social e Econômico, a partir da adequação de áreas como Saúde, Educação Pública, Emprego e Renda, Cultura, Segurança Pública e Juventude, Finanças Públicas e Tributação. Há um indicativo para a valorização de espaços negros, de forma a eliminar o apartheid concreto em que vive Salvador quando se trata de bens e serviços públicos como iluminação, recolhimento de lixo e saneamento, além de equipamentos coletivos, pois o atual modelo permite a segregação espacial da população negra.

A contribuição desse grupo é derivada das mais poderosas forças de mudança num cenário democrático: a mobilização e participação popular. Nessa linha, a Cartilha também pode ser útil ao Governo Federal, na medida em que contempla

e resgata itens presentes no documento Brasil sem Racismo, construído durante a última campanha presidencial. Com as devidas adaptações, o documento é utilizável em outras cidades e também na esfera estadual, pois os dados e diagnósticos apresentados, além das propostas elaboradas, têm similaridades com outras realidades de nosso país.

**Jornalista é assessora de Comunicação do deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) e colaboradora do Bloco Afro Ilê Aiyê.*



Conta de somar

Ubiratan Castro de Araújo*

No Mercado do Ouro, o dia começa bem cedo. Um aboio cortante ecoa na escuridão.

Ê mingau! De ta-pi-ó-ca!

A umidade e o lusco-fusco da madrugada dão dramaticidade ao pregão de Tia Constança, uma negra reforçada, de cara bolachuda e de coração também imenso. Nunca deixou um parente africano sem um caneco de mingau. E não era qualquer mingau. Era o famoso mingau de Constança. Segunda-feira era mungunzá, terça-feira era mingau de milho, quarta-feira era arroz doce, quinta-feira era de carimã, e sexta-feira era de tapioca. Sábado, pra variar, ela trazia beijú molhado, coberto de coquinho ralado, enrolado na folha de banana. Nesse dia ela trazia também um café preto em um caboré.

Em volta do panelão de Constança formava-se logo uma rodinha. Eram negros de ganho, estivadores, canoieiros do porto e alguns capoeiras valentões. Os caixeiros portugueses mandavam os moleques de recado comprar furtivamente as jarras de mingau.

Ê mingau! De ta-pi-ó-ca! Apregoava a Tia.

- Ê, lá vem o Ambrósio Bico Mole!

Instala-se um silêncio de missa de sétimo dia. O mulato Bico Mole chega cheio de bossa. Chinelo de bico fino, calça de fustão da tropa de linha, bonezinho de feltro e um escandaloso dente de ouro. Pior, é que todo o mundo sabe como ele ganhou aquele dente. Ele era espia de polícia, mais precisamente do inspetor de quarteirão do Pilar. Delatou um alevante de nagôs que se reuniam no Caminho Novo. Deu-se de amizade com uma criatura do grupo e descobriu a preparação de uma fuga para o quilombo da Ilha de Maré. Era um sujeito perigoso. Chegou procurando conversa, jogando verde para colher maduro.

- Alô malta, quando é que tem um amalá no quilombo?

Todo o mundo desconversou, ninguém deu ousadia. Algumas pessoas murmuraram:

-Dedo duro!

-Cagüete de polícia!

Ele ficou tão escabriado que saiu de fininho na direção do cais. Passado o perigo, voltou a animação do bochicho. Em meio a risadas, Tia Constança deu uma gaitada gostosa. Com a mão na boca, meio sorrindo, ela exclamou:

- Merda, merda pura!

- Agora vocês vão ter que me contar. Todo mundo está rindo, menos eu.

Para atender à curiosidade de Pé-de-Vento,

sisudo capoeira da turma de Besouro, Tia Constança dispôs-se a contar o sucedido.

Era a história da esperteza do Velho Satu, um Tio-da-Costa, capitão do canto de carregadores Mahis, na Preguiça.

Por falar nele, ei-lo que aparece em carne e osso, na rodinha do mingau.

Era um homem forte, alto, passado dos 50, rosto comprido, marcado por três lanhos de cada lado. Mancava da perna direita, o que não comprometia o seu passo forte de carregador de ganho. Agora um homem livre, de cabeça erguida e sorridente, o Tio Satu escolhia os carretos e fazia preços para todos os patrícios de nação Mahi. Seu orgulho de liberto era que nenhum deles carregava branco na cacunda. Agüentar ovo de branco no pescoço, isso nunca mais. Eles não eram montaria.

-Êim parente, esse povo quer saber a história do pote de merda!

- Ôi parente, quem conta um conto aumenta um ponto!

- Não vou tirar nem por, parente, vai ser tudo tim-tim por tim-tim.

E começou o relato.

Tio Satu vinha juntando uns cobrinhos, há mais de três anos para comprar a sua alforria. Era o ganhador que chegava mais cedo no cais da Preguiça. Carregava de tudo com firmeza e com cuidado. Pela qualidade de seu serviço, ganhava muitas gratificações. Certa vez chegou a ganhar cem mil réis por ter carregado toda a louça e cristais para o palacete de uma baronesa, em Santa Clara do Desterro. Carregou até uma pianola para a casa de um judeu que morava perto do convento de Santa Teresa. Todo esse dinheirinho era escondido em um pote de barro, enterrado no quintal da casa do senhor, na Rua Direita da Saúde.

O que mais lhe doía no cativeiro era entregar o resultado do seu trabalho ao Major Bandeira, seu senhor. Este era um sujeito miserável. Pertencia a uma raça de traficantes da Costa D'África, gente impiedosa e muito ignorante. O fruto do seu trabalho sustentava a vagabundagem do Zezito, filho único do tal Bandeira, um eterno estudante de Medicina. Era do tipo flautista. Jamais passou do segundo ano. Na Faculdade nunca punha o pé. Sua vida era a flauta, o violão, a cachaça e as francesas da Rua de Baixo. Começou a dar sinais

de tísica, o que fez o Bandeira aumentar a pressão sobre Satu. Ele queria sempre mais e mais. Satu, muito esperto, justificava sempre o jornal que entregava ao senhor pelo seu baixo rendimento, devido ao seu defeito físico. Por ser da Costa d'África, aproveitava para falar errado, fingindo ser um boçal. Assim, nunca entendia direito uma ordem, e quando prestava conta do serviço, falava tão embolado que atrapalhava os ouvidos do senhor.

- Ai sinhô! Nêgo de pouca valia. Nêgo puxa de perna. Tomba prum lado, tomba pro outro, trupica, e lá vai, os carregos cai, quebra as coisa, os pôvo castiga nêgo. Serviço bom vai pros outro!

- Tá bom nêgo, não tenho tempo para aturar a sua lenga-lenga. Fique certo que estou de olho em você, preto descarado! Se estiver me roubando, vai levar uma surra de cipó-caboclo de tirar o couro!

Seu Bandeira seguia os rastros do Tio Satu, à cata de dinheiro escondido. Era como um gato faminto atrás de um rato.

Quando o pote de Satu, cada dia mais cheio, chegou ao montante de um conto de réis, justamente o valor médio de uma alforria de escravo no ganho, arte do cão! o Bandeira achou o pote enterrado no fundo do quintal. Tranqüilamente tirou todo o dinheiro. Afinal, dinheiro de escravo era dinheiro do senhor. Enterrou-o de novo, e passou a ostentar um sorriso sacana de vitória.

Satu não sabia o que fazer. Com a cabeça pegando fogo, procurou a Constança e pediu conselho.

-E agora? Não posso pedir satisfação nem queixar na polícia. Que droga, Satu é cativo!

- Parente, dê um ebó pra Xangô, tome um banho de folha e esfrie a cabeça.

Constança mesmo fez todos os aviamentos. Preparou um banho de dandá, arruda, vencetudo, tira-teima, espada de Ogum e água do alevante.

Recuperada a tranqüilidade, Satu voltou pra casa com a cara mais abestalhada que conseguiu armar. Procurou o major e foi logo dizendo:

- Sinhô, nêgo muito burro!

- Ê claro nêgo. Todo nêgo é burro!

- Sinhô, nêgo não saber conta. Sinhô, um conto com mais um conto, bota junto ou bota separado?

- Que história é essa de conto, nêgo? Onde você viu um conto de réis, nêgo?

(continuação da página anterior)

- Sinhô, nêgo não viu conto, nêgo pergunta: um conto com mais um conto, bota junto ou bota separado? Difíci, difíci pra cabeça de nêgo.

- É claro que é difíci. Vocês da Costa d'África são todos umas bestas quadradas, muito embrutecidos, por isso são escravos!

E sorriu mais uma vez vitorioso. Rapidamente o major pensou com os seus botões: - o Satu deveria ter mais um conto réis escondido em outro lugar e, se não encontrasse o dinheiro que ele havia roubado, não colocaria a outra quantia no mesmo lugar. Ele, sim, era um homem inteligente, um senhor de escravos! Ia ganhar dois contos na maior moleza.

- Nêgo, você é ignorante mesmo. Um conto com mais um conto, bota junto pra virar dois contos, entendeu seu energúmeno!

- Sim sinhô, Deus te ajude. O sinhô tá ensinando nêgo a fazer conta.

Major Bandeira não teve dúvidas. Pegou um conto de réis, devolveu ao pote e enterrou-o no mesmo lugar. No dia seguinte voltaria para lucrar 100%.

Durante a noite, Satu fez o que tinha que fazer. Desenterrou o pote, recuperou o seu conto de réis. Para dar uma resposta ao senhor inteligente, espremeu-se todo e obrou dentro do pote, tampou e enterrou de novo. Fez mais. Chamou toda a turma do Mercado do Ouro para estar atrás do muro dos fundos do quintal da Saúde.

De manhã, bem cedo, como de costume, Bandeira bateu um prato de feijão com fato, bebeu uma caneca de café preto. Da cozinha mesmo tomou o caminho do quintal para recuperar o que acreditava ser seu. Abaixou-se com dificuldade, cavou, cavou, até descobrir a tampa do pote. Destampou-o. Estava tão ávido que nem reparou no conteúdo. Meteu a mão até o fundo e com força. A merda subiu pelo seu braço até quase o ombro!

- Uh, uh!, fiau, fiau! Quá, quá, um conto com mais um conto, quanto é Bandeira? !

A vaia foi monumental. De trás do muro a galera do Mercado do Ouro vibrou. Que inteligência daquele arrogante senhor! E todos se embrenharam pela roça do Hospital Santa Isabel, seguiram pelo Rio das Tripas, até as Sete Portas, onde festejaram com uma talagada o "conto do Satu".

A rodinha de mingau exultou. Todos riram muito. Pezão, um capoeira gaiato, chegou a mijar nas calças. Todos tomaram mais uma caneca por conta de Constança. Pé-de-Vento, no entanto, nascido no dia de São Tomé, perguntou incrédulo:

- E ficou nisso só, Bandeira ficou de braços arriados?

- Claro que não, respondeu Constança.

Lá mesmo, nas Sete Portas, Satu passou o dinheiro para a guarda de Constança. Escondeu-se em um dos caquás que esvaziara quia-



Antonio Pompeo*
Ofrenda, Acrílica/ tela.

* Artista plástico e ator

bos na feira, e partiu para o quilombo da Engomadeira. Lá, um filho de Xangô era sempre bem vindo.

O Sinhô Bandeira ficou virado no Cão. Ainda melado, brandia o cipó-caboclo, em busca do seu escravo para surrá-lo. Chamou a polícia, chamou os vizinhos, ofereceu até 50 mil réis para quem trouxesse o Satú. Não se sabe bem se pelo feijão-com-fato, se pela raiva, ou se por castigo dos orixás, Bandeira sentiu-se mal, ficou todo torto e dormente do lado direito. O povo da rua disse que foi o vento que passou! O imprestável do Zezito nem se mexeu. Ficou chorando na cabeceira do pai.

Constança não cruzou os braços. Procurou Seu Pânfilo, um homem letrado, da turma dos abolicionistas. Ele seria o advogado de Satú. De boa conversa, ele convenceu o Zezito a aceitar um conto de réis pela alforria de Satú. Afinal, este era um valor muito bom por um escravo velho e capenga. Pai e filho partiram para Feira de Santana, uma vila de bons ares, para o tratamento do derrame de um, e da tísica do outro. E assim Satú pôde voltar para o seu canto da Preguiça, liberto e altivo.

- Sujeito porreta! - concluiu Pé-de-Vento.

* Doutor em História e Presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Castro de Araújo tomou posse, no dia 17 de novembro, da cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia, cujo patrono é Castro Alves.

CONTO & ARTE



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita.
Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF
Ou para irohin@terra.com.br